PLANO DE GOVERNO

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Nossa missão
3. Nossa Visão
4. Desenvolvimento Regional
   4.1 Zoneamento Ecológico-Econômico
   4.2 Política de Incentivos Fiscais
   4.3 Pólos Regionais de Desenvolvimento
   4.4 Indústria, Comércio e Serviços

5. Desenvolvimento Social
   5.1 Saúde Pública
   5.2 Segurança Pública
   5.3 Educação Pública
      5.3.1 Educação Infantil
      5.3.2 Educação Fundamental
      5.3.3 Ensino Médio
      5.3.4 Formação Tecnológica
      5.3.5 Formação Superior
   5.4 Ciência e Tecnologia
   5.5 Rede de Proteção Social
   5.6 Esportes e Lazer
   5.7 Cultura

6. Infraestrutura
   6.1 Abastecimento de Água
   6.2 Saneamento Básico
   6.3 Energia Elétrica
   6.4 Rodovias
   6.5 Turismo
   6.6 Política Agrícola
      6.6.1 Assentamentos Agrícolas
      6.6.2 Cerrados
      6.6.3 Produção Agrícola
   6.7 Política Mineral
   6.8 Política Ambiental
      6.8.1 Recursos Florestais
      6.8.2 Meio-Ambiente

7. Gestão e Governança
8. Biografia
9. Fontes Referenciais

1. INTRODUÇÃO

Amapá: o futuro começa agora!

1. INTRODUÇÃO

Após 25 anos de criado e 22 de instalado, o Estado do Amapá ainda não definiu claramente qual a sua verdadeira vocação, qual o caminho que deseja trilhar, e qual seu modelo de desenvolvimento econômico para fazer face aos grandes problemas que um pequeno estado federativo, localizado em zona remota amazônida, enfrenta e irá enfrentar para criar condições mínimas que propiciem o seu desenvolvimento e o bem-estar de seu povo.

Produzindo menos de 10% dos produtos agrícolas que consome, estando em 16º lugar na classificação nacional do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano preconizado pela Organização das Nações Unidas – ONU, sendo destino de um intenso fluxo migratório regional, vê suas estruturas, principalmente as sociais, pressionadas por necessidade de expansão constante, sem que tenha disponibilidade orçamentária para fazê-la acompanhar o seu crescimento demográfico.

O acentuado crescimento demográfico urbano - principalmente em Macapá e Santana – proveniente do êxodo da população interiorana e acrescido do fluxo migratório das ilhas vizinhas do Estado do Pará e de outras regiões do país vem provocando significativos estrangulamentos na estrutura de atendimento e inclusão social. Com isso os investimentos em atendimento social nas capitais dos municípios amapaenses não conseguem acompanhar a expansão de suas demandas.

Ha de se ressaltar que também em futuro bem próximo teremos o desenvolvimento da atual Área de Livre Comércio, a implantação da Zona de Processamento de Exportação, Expansão da Fronteira Agrícola dentre outros grandes projetos que estão em fase de implantação e que iremos acelerar sua implantação, também irão necessitar de estruturas e políticas públicas de qualidade.

Não obstante a atual crise financeira mundial, já em compasso de desaceleração, há recursos para investimentos em projetos de estrutura social, não somente no Brasil, mas, principalmente no mercado internacional.

2. NOSSA MISSÃO

Melhorar a qualidade de vida de cada um que vive no Estado do Amapá

2. NOSSA MISSÃO

Sabemos que os grandes projetos estruturantes necessitam de um longo período de tempo para serem concebidos, formatados, desenvolvidos, liberados, financiados e aplicados. Assim, pretendemos dar seguimento aos projetos dessa natureza que ora estão em qualquer dessas fases, desde que venha proporcionar melhoria no bem-estar e na qualidade de vida da população.

Com poucos mais de 750.000 habitantes, o Estado do Amapá continua na sua tendência histórica de continuidade do processo de crescimento urbano e esvaziamento da população rural sem que tenhamos um planejamento, no mínimo decenal, para reduzirmos a velocidade desse fluxo proporcionando ao homem do campo a estrutura necessária para que nele continue produzindo, sendo atendido socialmente, tendo a possibilidade de ser um produtor independente, com perspectiva de crescimento para si e sua família.

Muito embora nossos indicadores econômicos e sociais tenham melhorado em relação à última década, continua ainda a serem considerados tímidos frente aos demais indicadores do restante da Amazônia e do Brasil e, então, como causa, podemos considerar que continuamos tendo como maiores empregadores o comércio, o governo estadual e as prefeituras municipais, sendo o primeiro inteiramente dependente dos demais.

É importante ressaltar que a vários exercícios financeiros o orçamento de investimentos não é aplicado em sua plenitude, tendo, normalmente, parte dessa disponibilidade transferida para o orçamento de custeio, em detrimento da infraestrutura estadual.

Para orçamento de pouco mais de R$ 5 bilhões o Amapá só produz algo em torno de 20%. A diferença é coberta por transferências da União, rubricas constitucionais e convênios dentre outras.

Vamos, então, através de financiamentos nacionais e internacionais, incentivos fiscais e controle absoluto dos gastos públicos, disponibilizar recursos para implantarmos o desenvolvimento que o Amapá necessariamente irá precisar para seu crescimento.

3. NOSSA VISÃO

Vamos juntos transformar nossos sonhos em realidade

3. NOSSA VISÃO

Com toda a crise econômica que se abateu sobre o mundo globalizado, com reflexos no Brasil, mesmo assim somos otimistas em relação do futuro do Estado do Amapá.

Em breve teremos ao norte a ligação rodoviária do Amapá com o norte da America do Sul e, por consequência, com as Antilhas e com a União Européia. Ao sul teremos a ligação rodoviária do Amapá com o Estado do Pará e com o restante do Brasil.

Interligando esses dois pontos teremos a conclusão do asfaltamento da BR156, transformando a "ilha" que é hoje o Estado do Amapá em um grande correr de circulação de riqueza e desenvolvimento.

Mesmo atravessando diversas dificuldades em virtude de uma legislação tributária engessante, temos uma Área de Livre Comércio que poderá ser incentivada, associada á já aprovada Zona de Processamento de Exportação – ZPE e a Zona Franca Verde.

Vamos estruturar o Amapá em conjunto com todos os segmentos da sociedade, com todos os poderes, com os legislativos e executivos municipais, com a bancada federal e com o governo federal e a sociedade, sem olhar a cor partidária de nenhum deles. Nossa visão e objetivo é obter a força do conjunto e não a fragilidade individual.

Vamos dar continuidade às políticas em andamento que tenham proporcionado resultados positivos para o desenvolvimento e bem-estar da população.

Necessitamos intensificar a Política de Interiorização do Desenvolvimento através de ações que priorizem a geração de benefícios sócio-econômicos para o interior do Estado e estabeleça condições favoráveis para fixação do homem ao

campo, com o fortalecimento e ampliação das estruturas municipais de atendimento à população.

Para que possamos bem direcionar os recursos financeiros vamos concluir o Zoneamento Ecológico e Econômico, identificando o potencial de produção de cada micro-região e que sirva de orientação à ocupação do espaço territorial.

Vamos direcionar políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento físico, intelectual, cultural e profissional da população, de acordo com suas vocações, principalmente para integralização do homem/mulher local na participação efetiva do sistema produtivo.

É também compromisso nosso com a população que vamos manter e ampliar a Rede de Proteção Social existente, assistindo o ser humano até sua incorporação pelo mercado produtivo.

O desenvolvimento local necessita da expansão da oferta de energia elétrica com ênfase aos centros urbanos e aos pólos de desenvolvimento. Para isso, com a conclusão da obra do linhão do Tucuruí, iremos juntamente com a bancada federal de parlamentares e o Governo Federal garantir a distribuição de energia elétrica em todo Estado.

Vamos investir maciçamente no desenvolvimento da Ciência (pesquisa acadêmica) e da Tecnologia (escolas técnicas e centros tecnológicos), expandindo a estrutura da UEAP, UNIFAP, IEPA, CEPA, SETEC que passarão a ser os núcleos desses dois programas.

Torna-se imprescindível a continuidade da execução do programa de otimização dos Sistemas de Planejamento, Arrecadação Tributária e de Controle da Governança, de modo que se proceda de forma efetiva a elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas governamentais nos seus vários aspectos tais como necessidade, oportunidade e custo.

Nessa mesma filosofia de trabalho, vamos implantar o Sistema por Objetivos, através do qual acompanhar-se-á, por vários indicadores de desempenho, o funcionamento de cada órgão do governo e das prefeituras municipais.

Nas secretarias do Governo onde houver demanda teremos uma Coordenadoria de Gestão Ambiental que funcionará sob a orientação técnica da SEMA - Secretaria do Meio Ambiente.

A Saúde Pública deverá ter sua gestão profissionalizada e será permanentemente avaliada segundo os bioindicadores de desempenho e também adotaremos o modelo de gestão da parceria público-privado (PPP).

Vamos apoiar decididamente, através de financiamento externo, o aperfeiçoamento da estrutura de controle externo através dos demais poderes (Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público).

4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desenvolvimento pleno da região e seus habitantes

4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1 Zoneamento Ecológico-Econômico

4.2 Política de Incentivos Fiscais

4.3 Pólos Regionais de Desenvolvimento

4.4 Indústria, Comércio e Serviços

4.1. Zoneamento Ecológico-Econômico

O objetivo é complementar o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE – que estuda somente a área sul do Estado.

A complementação desse trabalho indicará as áreas propicias para pecuária, agricultura, mineração, extrativismo florestal, turismo, etc. Ao mesmo tempo que servirá de instrumento de regulação da atividade produtiva e de indicação às políticas públicas de ocupação espacial com preservação ambiental.

Referido estudo será executado por técnicos locais, com recursos nacionais e internacionais, já que dispomos da metodologia adequada a sua execução.

4.2. Política de Incentivos Fiscais

Vamos trabalhar decididamente para implantarmos a Zona Franca Verde e Zona de Processamento de Exportação. Além de articular a permanência da área de livre comércio Macapá e Santana.

Promover ações que garantam a permanência de capital no Estado.

4.3. Pólos Regionais de Desenvolvimento

Através do estudo sócio-econômico já citado, vamos definir qual a vocação de produção de cada região do Estado, implantando pólos de desenvolvimento local, onde todas as políticas funcionarão integradas para tal finalidade.

Podemos citar como exemplos, se assim o estudo prévio indicar:

- **Pólo Agrícola:** região do Matapí, Itaubal, Tartarugalzinho, região do Pacuí e Colônias Agrícolas já existentes.

- **Pólo Extrativista Vegetal:** região sul do Estado e Perimetral Norte.

- **Pólo Científico-Ecológico:** Amaparí, Serra do Navio, Oiapoque, Reservas Florestais, dentre outros.

- **Pólo Industrial:** Santana.

Os gestores Municipais serão apoiados pela estrutura técnica do Governo do Estado para melhorar a infraestrutura física e de recursos humanos do município e desenvolvimento de projetos para captação de recursos financeiros através das agências de financiamentos específicas de cada aplicação, independente de coloração político-partidária.

O governo fará convênios com as prefeituras visando desenvolvimento de cada município.

4.4. Indústria, Comércio e Serviços

Este sub-setor tem uma grande dependência de energia elétrica, incentivos fiscais e recursos humanos para o seu pleno desenvolvimento sem agressão ao meio-ambiente.

Estas questões serão equacionadas para que tenhamos aumento da renda familiar com menos dependência da economia governamental.

Algumas ações já podem ser enunciadas:

- Prioritariamente vamos estimular a agroindústria destinada ao processamento de alimentos, indústria farmacológica, indústria de cosméticos, indústria moveleira, dentre outras.
- A ligação rodoviária com o norte da América do Sul através da ponte sob o Rio Oiapoque e com o restante do Brasil através da ponte sob o Rio Jarí, por certo ampliará as dimensões das áreas de consumo de bens e serviços que o Amapá poderá explorar em situação geográfica privilegiada.

A construção civil é uma atividade que serve como parâmetro das estatísticas de desenvolvimento da área de serviços servindo para medirmos o índice de desenvolvimento de cada região, gerando renda e empregos, direta ou indiretamente. Utiliza-se de um grande contingente de pessoas que ainda não conseguiram alcançar determinado nível de especialização, e/ou formação profissional. Para entender essa demanda atual e a futura, há necessidade de formarmos técnicos mais especializados.

5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Vamos elevar a qualidade de vida do amapaense com ênfase na redução da pobreza

5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.1 Saúde Pública

5.2 Segurança Pública

5.3 Educação Pública

5.3.1 Educação Infantil

5.3.2 Educação Fundamental

5.3.3 Ensino Médio

5.3.4 Formação Tecnológica

5.3.5 Formação Superior

5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.1. Saúde Pública

A constituição Federal define a saúde como um direito de todos e de dever do Estado. A inclusão da saúde no texto constitucional gerou um conjunto de leis voltadas à organização e implementação do SUS - Sistema Único de Saúde, a "Lei Orgânica da Saúde", além de inúmeros decretos, portais interministeriais e portarias normativas do Ministério da Saúde. Esse arcabouço legal do SUS deve ser do pleno conhecimento dos gestores do sistema de saúde (CONASS, 2003). São definidas pelo texto constitucional as principais características do SUS: universalidade, integralidade, equidade, gratuidade, organização descentralizada com direção única em cada esfera de governo, prioridade das atividades preventivas e sem prejuízo das atividades de assistência, participação da comunidade, financiamento público das três esferas de governo e participação da iniciativa lucrativa e filantrópica de modo auxiliar (LUCHESE, 1996; ANDRADE, 2001).

O SUS é um plano assistencial de Saúde Pública considerado como modelo teórico para diversas nações, por se tratar de um modelo geral, amplo e extensivo a todo o território nacional. Institui-se o SUS, como um sistema de atenção e cuidados, com base no direito universal à saúde e na integralidade das ações, abrangendo a vigilância e promoção, prevenção e recuperação de saúde, sendo sua maior responsabilidade a saúde curativa (ambulatorial e hospitalar).

O SUS é um sistema porque é formado por várias instituições dos três níveis de governo (União, estados e municípios) e pelo setor privado, com o qual são feitos contratos e convênio para a realização de serviços e ações, como se fosse um mesmo corpo. Sua gestão nos Estados é realizada através de Comissões Bipartites compostas por representantes das duas instâncias de governo: estadual e municipal.

Teoricamente o SUS atenderia aqueles necessitados por atendimento médico de acordo com a seguinte modelagem a ser implantada em cada unidade federativa.

Baixa Complexidade	Localidades
Media Complexidade	Sedes dos Municípios
Alta Complexidade	Centros Populacionais mais Ampliados

- Baixa Complexidade - Estabelece todas as ações de promoção, prevenção e proteção à saúde em território definido, de responsabilidade do município.
- Media Complexidade - É prestada por uma rede de unidades especializadas (ambulatórios e hospitais), garantindo o acesso à população sob sua gestão. Estará organizado em cada uma das microrregiões do Estado.
- Alta Complexidade - É a atenção da saúde de terceiro nível, integrada pelos serviços ambulatoriais e hospitalares especializados de alta complexidade tecnológica. Será organizada em pólos macrorregionais.

Entretanto por questões das mais diversas origens que vão desde a falta de estrutura física (locais), de recursos humanos (profissionais), medicamentos e insumos básicos, passando pelo baixo valor que o sistema reembolsa os atendimentos até na má qualidade da sua gestão, não atende com qualidade e dignidade o paciente que a ele recorre incluindo a dificuldade de acesso. As consequências são extremamente visíveis: descontentamento e descrédito e filas de espera indignas e aviltantes para consultas, exames e cirurgias.

A par disso a Saúde Pública Preventiva (que cuidaria das causas cujos efeitos são atendidos pelo SUS) existente no Brasil, e especificamente aqui no Estado do Amapá, é praticamente inexistente, numa área tropical com grande incidência de doenças transmissíveis, falta de água tratada, tratamento de esgotos, drenagens pluviais, imunizações, qualidade nutricional e qualificação profissional, são algumas

das questões que fazem parte da (in)existência da Saúde Pública no Estado em particular.

A má qualidade do resultado apresentado pelas instituições responsáveis pela Saúde Pública Preventiva (infraestrutura, saneamento e planejamento), transforma o conjunto Saúde Pública no Estado do Amapá como a primeira das necessidades de nossa população.

Com essa visão em nosso governo vamos gerir a Saúde Pública de modo integrado e participativo a partir dos seguintes eixos de execução:

- Criar o Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos Civis e Militares ativos e inativos, seus dependentes e dos servidores e pensionistas dos Poderes Legislativos, Executivo e do Judiciário, do Ministério e do Tribunal de Contas do Estado do Amapá - ISAP e Institui o plano de saúde dos servidores públicos do Estado. ○ SUS - Sistema Único de Saúde;
- Infraestrutura para atendimento: (ambulatorial e hospitalar) construir os hospitais regionais;
- Programas Integrados de Saúde Pública; ○ Gestão da Saúde Pública: implementar o modelo de gestão denominado PPP (Parceria Público Privado)

5.1.1. SUS - Sistema Único de Saúde

- Consolidar e profissionalizar os componentes do SUS em parceria com os Governos Federal e Municipal; o Priorizar a atualização de equipamentos e recursos humanos dos laboratórios e postos de saúde, porta de entrada do paciente no Sistema;
- Elaborar e implantar um Plano Integrado de Atendimento Público, integrando ambulatórios, postos de saúde, unidades básicas de saúde e unidades hospitalares;
- Eliminar as filas existentes em todas as unidades de atendimento através da ampliação da estrutura-física e agendamento eletrônico para as não emergências;
- Profissionalizar o gerenciamento de Saúde Pública no Estado do Amapá com a parceria público-privada.
- Os cargos somente serão ocupados por profissionais devidamente habilitados para a função.
- Firmar convênios com os órgãos federais responsáveis por esta área (Ministério da Saúde, FUNASA dentre outros) e com todos os Municípios do Estado para que os programas sejam executados de forma integrada, sob a coordenação da Secretaria de Saúde Estadual - SESA.

5.1.2. Saúde Pública Preventiva

- A exemplo da Saúde Corretiva (SUS), vamos implantar uma Comissão Tripartite, composta por representante-técnicos dos três níveis de governo (federal, estadual, municipal) para formulação de políticas integradas de saneamento público, avaliação mensal dos bioindicadores de cada município, necessidade e oportunidade da aplicação e operacionalização dos recursos públicos.
- Esta comissão, subordinada à um setor específico em saneamento público da Secretaria Estadual de Saúde - SESA, terá também assento no conselho de administração da CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá, seja através de seus titulares, seja através de técnicos especializados em saneamento público.
- Ampliação e remodelação da Vigilância Sanitária estadual que atuará mais diretamente no atendimento de um mais eficiente e eficaz controle não só de vetores, mas também das condições sanitárias dos municípios como um todo.
- Organização das ações de Vigilância à Saúde Bucal com ênfase na implantação do programa de fluoretação da água de abastecimento público nas localidades onde possuírem sistema de tratamento de água, bem como realizando exames amostrais para garantir o monitoramento dos teores aplicados, garantindo, assim, a continuidade do processo. Tal medida é eficaz no controle e prevenção da cárie dentária, reduzindo média em 60% a prevalência de cárie, garantindo o direito de acesso universal.

5.1.3. Programas Integrados de Saúde Pública

Atualmente os programas de saúde existentes no Estado (16 regulamentados), estão formatados para atendimento a um tipo especifico de atividade ou grupo (mulher, criança, dentre outros).

Todos os programas de saúde serão revistos, avaliados através dos bioindicadores preconizados pela OMS - Organização Mundial de Saúde, ampliados e agrupados segundo as fases da vida humana, independente de gênero, tipicidade ou qualquer outra variável.

Referidos Macro-Programas de Saúde são os seguintes:

MACRO-PROGRAMA	GRUPO ETÁRIO
Saúde da Mulher e da criança	Mulher em idade fértil e gestante
Saúde do Adolescente	+10 a 19 anos
Saúde do Adulto	+21 anos
Saúde do Idoso	+60 anos

5.2.3.2. Saúde da Mulher e da Criança

O Programa Viver a Vida e Criança Viva

Sabemos que muitas mortes de crianças até um ano de idade e de mulheres durante a gravidez, o parto e o puerpério (período pós-parto) podem ser evitadas com um atendimento de qualidade: ○ Antes, durante e depois da gestação ○ No planejamento familiar; e, ○ No acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Essas ações serão sistematizadas e ampliadas, constituindo a base do **Programa de Redução da Mortalidade Infantil e Materno no Estado do Amapá - Viver a Vida**, cuja implantação estará sob a responsabilidade da SESA.

A Criança

O ciclo da criança compreende um período da vida do ser humano onde incidem diferentes riscos de adoecer e morrer, conforme o momento do processo de crescimento e desenvolvimento e a inserção social da criança.

De um modo geral, a vulnerabilidade da criança aos agravos de saúde é maior nos dois primeiros anos de vida, em função da imaturidade de alguns sistemas e órgãos (sistema imunológico, neurológico, motor e outros). Além de que a criança tem maior dependência do adulto para os cuidados básicos com a saúde, a alimentação, a higiene, a estimulação e a proteção contra acidentes, entre outros.

Portanto, vamos priorizar as seguintes ações preventivas nesta área:

- Identificação e Priorização do atendimento ao RN de alto risco com um atendimento multidisciplinar em gestão pactuada com os municípios;

- Incentivo ao aleitamento materno com a ampliação do banco de leite atual e implantação de bancos descentralizados nos municípios;

- Verificação dos resultados do teste de triagem neonatal e ampliação da cobertura a estes testes diagnósticos pela rede pública, permitindo um diagnóstico precoce de doenças hereditárias e déficits no crescimento/desenvolvimento;
- Aplicação e orientação sobre as vacinas do esquema básico; ○ Atendimento sequencial do processo de crescimento, segundo cronograma proposto no Caderno Temático da Criança;
- Orientações para uma alimentação saudável com a implantação e ampliação do Programa de acompanhamento nutricional na rede hospitalar e UBS's em parceria com os municípios;
- Criação e implantação do Núcleo de Atenção à Criança de Alto Risco: acompanhamento do desenvolvimento da criança, com ênfase na observação das relações familiares e estímulo a um ambiente que propicie interações afetivas com a intervenção de psicólogos e Assistentes Sociais.
- Serviços preventivos odontológicos especializados à gestante, com a realização de atividades educativas preventivas até o final da gestação, e posterior acompanhamento das crianças de 0 a 4 anos.

5.2.3.2. Saúde do Adolescente

A atenção à saúde do adolescente (10 a 19) e do jovem tem sido um importante desafio para a organização dos serviços de saúde e para a sociedade. Nas últimas décadas, a necessidade do estabelecimento de políticas para a adolescência tem-se destacado, considerando o grande continente populacional que estes grupos representam e também a importância do desenvolvimento integral de suas potencialidades. Portanto, devemos ressaltar o compromisso e a atenção com esta faixa etária, traduzindo-se tal preocupação com ações continuadas e integradas. Um das mudanças mais expressivas que se faz necessária no início deste século, é o que da humanização no atendimento, em particular, de adolescente, que representam 23,4% da população total brasileira.

Lembrando ainda que o adolescente, embora chegue pouco aos serviços de saúde porque adoece pouco, requer atenção através de ações de promoção à saúde e de prevenção de doenças. Estas ações podem se dar nas unidades de saúde ou em articulações com outros setores, principalmente a escola, local privilegiado de inserção dessa população.

- **Criação dos centros de atenção à saúde do adolescente e do jovem (CASAJOVEM)** o Ambiente preservado e que assegure o sigilo, onde pais ou responsáveis só poderão ser informados sobre o conteúdo das consultas com o expresso consentimento dos adolescentes.
- Ressalta-se ainda, a questão do início da atividade sexual nesta fase da vida. O profissional de saúde tem um papel importante como facilitador de espaços de educação sexual e prevenção das DST/AIDS, além da orientação sobre a gravidez, aborto, métodos contraceptivos. Para que esse período possa ser saudável é necessária a ação do Estado visando a redução de riscos aos quais esse segmento populacional encontra-se mais exposto.

- Ampliar os serviços de Atenção Social aos adolescentes e suas famílias, com a intervenção e monitoramento por Assistentes Sociais junto ao jovem em dificuldades nas relações familiares (separações, falta de diálogo, conflitos entre pais e filhos, alcoolismo de um ou de ambos os pais, incesto/abuso, transtorno menta, etc);
- Relação com a escola (evasão escolar, repetência, dificuldade de criação de vínculos, atos de violência, agressividade, etc);
- Programa ADOLEser com saúde: Promover a atenção integral à saúde de adolescente, visando a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a redução da morbi/mortalidade, visando a melhoria da sua qualidade de vida, acompanhando o crescimento e desenvolvimento do adolescente, atendendo-o numa visão biopsicossocial, prevendo uma integração com as escolas e um trabalho mais íntimo da SESA com os profissionais da educação.
- Implantação do Centro de Atenção e Acolhimento do Adolescente e do Jovem (CASAJOVEM), com vistas a um atendimento global (multiprofissional nutricionista, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, médicos especialistas em adolescência, etc), ampliando o acesso e adesão dos adolescentes aos serviços de saúde, com a atenção espacialmente volta aos aspectos preventivos.
- Criação e implantação do Programa "Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano", cujo objetivo é formar 800 (oitocentos jovens), entre 15 e 19 anos - oriundos de famílias de extrema pobreza e que prioritariamente estejam fora da escola - para atuar em prol da melhoria das condições sociais de suas comunidades, bem como de sua própria vida estimulando seu retorno a Escola e a Educação em parceria com a Secretaria da Família.

5.2.3.3. Saúde de Adulto

PROGRAMA FAMÍLIA VIVA

Segundo a Organização Mundial de Saúde, até o ano de 2020, as condições crônicas serão responsáveis por 60% da carga global de doenças nos países em desenvolvimento (OMS, 2002).

Este cenário preocupante impõe a necessidade de medidas inovadoras, que mudem a lógica atual de uma rede de serviços voltada ao atendimento do agudo para uma de atenção às condições crônicas.

O **Programa Família Viva** tem por objetivo ampliar e fortalecer o Programa Saúde da Família (PSF), construindo os alicerces para a rede de atenção à saúde: recuperação e ampliação das unidades básicas de saúde, distribuição de equipamentos, monitoramento através da certificação das equipes e avaliação da qualidade da assistência, da educação permanente para os profissionais e repasse de recursos mensais para cada equipe de saúde da família. A prioridade básica do **Família Viva** é a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Este programa será acompanhado pela Secretaria da Família.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO SOROPOSITIVO E DE PREVENÇÃO DO HIV/AIDS (PROGRAMA VIVER)

Promoção e prevenção em saúde, ampliando a distribuição de preservativos masculinos e femininos, expandindo o acesso a programas de redução de danos e trocas de agulhas e seringas e aprimorando o programa de prevenção da transmissão materno-infantil, bem como promover o diagnóstico precoce da infecção pelo HIV, combatendo o preconceito e facilitando o acesso aos exames de triagem e

tratamento anti-retrovirais. A descentralização de acolhimento e humanização do Atendimento ao Paciente Soro Positivo, dar-se-á através da criação de Unidades de Referência Especializada em diagnóstico do HIV nos municípios (CTA's - Centros de Testagem e Aconselhamento em HIV nos municípios), será apoiado pela Secretaria da Família.

Programa de Acolhimento à Saúde do Portador de Deficiência mental - "VIDA NOVA"

As pessoas com deficiência mental são aquelas que possuem funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, etc. A atenção às pessoas com sofrimento mental no âmbito da saúde pública passou por mudanças concretas a partir do início dos anos 90. Hoje, vivemos um momento de transição. Precisamos de um Novo Modelo de Atenção e Acolhimento em Saúde Mental, uma prática em que os conceitos cruciais são outros, avessos ao modelo asilar: acolhimento, quotidiano, rede, território, autonomia possível.

Sustentada em princípios que visam a luta pela transformação e inclusão social e a construção de "um outro mundo possível" para todos, fundado nos valores da liberdade, da igualdade e da justiça. Estes aspectos não se restringem à área da Saúde, mas devem envolver **a moradia, o trabalho, o lazer, a educação, etc** - construindo uma rede de suporte para as pessoas mais vulneráveis.

Com a superação do modelo de hospital psiquiátrico ou clínica de saúde mental, entre algumas das estratégias, citamos:

- A criação e implantação do programa de Residência Médica e de Enfermagem em Psiquiatria.
- Luta pela humanização do atendimento ao portador de distúrbio mental.

- A implantação de recursos em todos os municípios que possam dispensar a necessidade de transferência às unidades hospitalares centrais.
- Incentivo à produção e manifestação artística e cultural deste segmento.
- Incentivo a organização e implantação de Associações de Familiares e de Portadores de Transtornos Mentais que lutem por políticas nesta área.
- Implantação do hospital psiquiátrico do Estado e Residência em Psiquiatria da Enfermagem e Médica, atendendo de forma plena o Hospital Básico, com uma melhor assistência aos portadores de transtornos mentais em nosso estado.

5.2.3.4. Saúde do Idoso

O Brasil e o Amapá estão num processo de envelhecimento populacional e, a cada década, o percentual de idosos aumenta significativamente. Como resultado, estamos vivenciando um período de crescente demanda de recursos voltados para atender as necessidades desta "nova população". O Idoso consome mais serviços de saúde, sendo as internações hospitalares mais frequentes e o tempo de ocupação do leito maior do que o de outras faixas etárias, sendo a maioria das doenças dos idosos crônicas e múltiplas.

Tal mudança se configura num desafio para as autoridades sanitárias, especialmente para a implantação de novos modelos e métodos para o enfrentamento do problema. Para tanto, são lançadas as seguintes estratégias através do PROGRAMA "O MELHOR DA VIDA".

- Capacitação dos profissionais que terão a função de cuidar da saúde dos idosos, pois, atualmente, há uma carência significativa de profissionais com essa habilitação.
- Fortalecimento do nível primário de atenção à saúde do Idoso na produção do cuidado em defesa da vida, tais como educação sanitária, imunização, prevenção de endemias e doenças, orientação da promoção de alimentação saudável, entre outros.
- Elaboração de um protocolo "Linha de Guia de Atenção e Acolhimento ao Idoso" após ampla discussão com os agentes sociais, no que se refere à implementação das políticas de Atenção à Saúde do Idoso. ○ Implementação e qualificação das ações na assistência à saúde do Idoso. Através da organização do sistema de serviços de saúde em três níveis: os centros

primários de atenção à saúde do Idoso (CASAS DE ACOLHIMENTO AO IDOSO) em todos os municípios, os centos secundários de atenção à saúde do Idoso e os hospitais de ensino em gerontologia (Hospital da Melhor Idade) com a implantação da residência médica e de enfermagem em Gerontologia.

- Criação da unidade de atenção a saúde do idoso "Hospital Geriátrico" e residência em geriatria, para melhor atender a nossa população idosa, o atendimento hoje é limitado ao Abrigo São José. Percebemos que nossa população está envelhecendo e precisamos ter um melhor suporte a esta faixa-etária;

Serviços sociais de abrangência a todas faixas etárias

- Ação Social Itinerante: Envolvendo médicos, fisioterapeutas, odontólogos, nutricionistas, biomédicos, farmacêuticos, enfermeiros, técnico de enfermagem, técnico de laboratório, psicólogos e assistentes social, estes profissionais, formando uma ampla rede multiespecializada terá o intuito de trabalhar principalmente a saúde preventiva e não somente a curativa do ser humano que irá ser atendido;
- Laboratório Itinerante: Via térrea e fluvial para um melhor atendimento das demandas do público do interior do estado e uma melhor política de atendimento aos ribeirinhos em nosso Estado; e
- Equipes de prevenção e saúde nas escolas. (médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentistas e biomédicos).

5.2. Infraestrutura Física da Saúde Pública

A população do Estado do Amapá é composta de 750.000 pessoas que habitam 16 municípios. Estamos com média de crescimento anual na ordem de 2,5%. Esse índice reflete não só o crescimento vegetativo da população como também o fluxo de migração oriundo do Estado do Pará, principalmente, do nordeste e de outras regiões do país.

A estrutura física e de profissionais de atendimento à Saúde Pública, portanto, está totalmente sub-dimensionada porque, os investimentos nessa área não acompanham o aumento de sua demanda. Nossos principais hospitais foram construídos por Janary Nunes na década de 50. Há necessidade de um substancial volume de recursos somente para adequação da estrutura existente à atual demanda social.

Através de recursos do Orçamento do Estado, emendas parlamentares ao Orçamento da União, verbas extra-orçamentárias e financiamentos pelas agências nacionais e internacionais, vamos implementar as seguintes ações:

- Construir hospitais regionais; o Construir o hospital metropolitano na zona leste de Macapá; o Instalar e/ou revitalizar na sede de cada um dos municípios Centros de Saúde e/ou Policlínicas com médico e equipe auxiliar;
- Instalar e/ou revitalizar nas mesorregiões do Estado (norte, sul, leste e oeste), uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atendimento de média complexidade dotada de equipamentos de imagens e laboratório clínico.
- A estrutura de Saúde Pública e Preventiva do interior do Estado funcionará através de Consórcios Inter-Municipais de Saúde (vide exemplo do que está

sendo operacionalizado no Estado de Minas Gerais e implantado em outras unidades da Federação).

- Há que se analisar a vocação e atipicidade de cada Município para implantação das UBS. Por exemplo: o atual Hospital de Serra do Navio será adaptado para operar também como Hospital Especializado em Doenças Tropicais, além de sua função de atendimento de média complexidade.
- Na capital do Estado, Macapá será revista todas as condições de manutenção e operação das Unidades Hospitalares, tendo como modelo o que vai ser aplicado nos Municípios, ou seja, postos de saúde nas localidades e bairros, Unidade Básica de Saúde - UBS em grupos de bairros e os Hospitais de Alta Complexidade.
- Hospital do Trauma: percebe-se a necessidade de uma separação entre as emergências clínicas (crises hipertensivas, diabetes descompensado, etc) que seriam atendidas pelo HE e os Traumas (fraturas, ortopedia, etc) e

Emergências; ○ Hospital do Câncer para um melhor atendimento dos pacientes portadores de doenças crônico-degenerativas em nosso estado, servindo ainda de referências ao SUS/MS. Perceba-se o aumento do número de casos de cânceres em nosso estado e as perspectivas pela OMS/OPAS/MS do aumento nos próximos 15 anos em 40% do número de casos no Brasil/Amapá. Estabelecer convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, que atuam no atendimento aos doentes portadores de câncer a exemplo do IJOMA.

- Reforma e ampliação do Centro de Especialidades Odontológico, e realização de atendimentos de emergência odontológica à comunidade;
- Serviços de fisioterapia a 3ª idade no CREAP; ○ Reativar o CRTN; ○ Ampliação e remodelação do PAI (Pronto Atendimento Infantil); percebe-se que o PAI foi implementado sem quaisquer planejamentos pregressos, o mesmo teria um novo prédio, para se trabalhar o verdadeiro prontoatendimento pediátrico.
- Ampliação e remodelação do HCAL, o Hospital há anos necessita da ampliação do número de leitos clínicos, UTI e Cirúrgicos, reformulação da Central de Materiais e Esterilização e Bloco Cirúrgico com maior número de salas;

- Organização das ações de Vigilância à Saúde Bucal com ênfase na implantação do programa de fluoretação da água de abastecimento público nas localidades onde possuírem sistema de tratamento de água, bem como garantir o monitoramento dos teores de flúor, garantindo a continuidade deste processo. Tal medida é eficaz no controle e prevenção da cárie dentária, reduzindo em média em 60% a prevalência de cárie e garantindo o direito de acesso universal.

5.2.4. Gestão da Saúde Pública

Iniciamos nosso planejamento para esta área já afirmando que existem recursos financeiros para implantarmos um serviço de qualidade no atendimento com respeito à dignidade do cidadão no que se refere as suas necessidades básicas de saúde.

Como já registramos anteriormente, além das verbas orçamentárias do Estado, temos ainda as rubricas orçamentárias constitucionais do Governo Federal, as emendas orçamentárias a ser indicadas pela bancada parlamentar federal, as verbas extra-orçamentárias da União, financiamentos externos, financiamentos a "função perdido" ou não pelas agências nacionais e internacionais (ONU, OMS, BID, BIRD, ADA dentre outras), que podem ser obtidos através de Convênios de Cooperação Técnica ou mesmo financiamento diretos.

O que precisamos para obter esses recursos, além de um planejamento sério, consiste, na necessidade e na oportunidade de cada projeto tecnicamente correto a ser elaborado, é de uma aplicação correta, honesta, com intensa e permanente decisão política e no acompanhamento de cada fase de sua execução.

Diante dessa contextualização, vamos implantar as seguintes ações na Gestão da Saúde Pública do Estado do Amapá:

- Profissionalizar o gerenciamento de cada uma das unidades de atendimento sejam ambulatórios, postos médicos, centros de saúde e unidades hospitalares, focando na produção de resultados que serão acompanhados por setor especializado central, processamento e avaliação dos bioindicadores de cada unidade;
- Autonomia administrativa e financeira para as Unidades Hospitalares (Alta complexidade);
- Aperfeiçoamento do sistema de Caixa Saúde para os ambulatórios e centros de saúde e/ou policlínicas;
- Modernizar e automatizar (tecnologia da informação) os agendamentos para consultas e exames especializados;

- Capacitar através de atualizações, reciclagem e/ou formação continuada, os servidores públicos que trabalham na Saúde Pública, através da participação em cursos (internos e externos), com matriz curricular específica, estágios em unidade de excelência nos demais estados brasileiros, visita com palestras e treinamentos de especialistas de renome;
- Firmar convênios com as Prefeituras Municipais para que o Estado supervisione e avalie o atendimento e os bioindicadores de Postos de Saúde,

SAMU e outros órgãos municipais ligados à Saúde Pública; o Adequar a estrutura administrativa da Secretaria Estadual de Saúde - SESA, para cumprimento de sua função de gerenciamento e coordenação do SUS no Estado;

- Priorizar investimentos na rede básica (municípios), já que ela é, em tese, a porta de entrada no Sistema.
- Firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas que tenham por objetivo a pesquisa de doenças tropicais.
- Considerar Saúde Mental, viciados em drogas e afins, como questões de Saúde Pública.
- Investimento em sistemas de informação para melhores gerenciamentos administrativos em Saúde (como: prontuários eletrônicos, todos os complexos hospitalares interligada por redes) ex: o programa iDoctor, disponibilizar os

dados reais de atendimento nos hospitais e suas respectivas causas e situação de saúde no estado.

- É compromisso do governo Jorge Amanajás praticar todo o esforço para a negociação entre os gestores de saúde em um processo participativo, que já é uma marca da gestão do SUS em vários estados e passará a ser realidade em nossa gestão. Conhecer as normas do SUS e cumpri-las é, sobretudo, contribuir para o fortalecimento desse processo de participação, na direção do permanente aprimorando do Sistema Único de Saúde e consequente melhoria da saúde pública no Estado, além de um compromisso do governo Jorge Amanajás.

Encerramos este Capítulo afirmando que o financiamento da Saúde Pública Brasileira não é somente corte de despesas e financiamentos adicionais, mas, sim, o corte sumário dos desperdícios.

5.2. Segurança Pública

As normas básicas para operação da segurança pública brasileira estão estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública - SENASP. É com base nessa norma legal que vamos implantar aqui no Amapá o seu Plano Estadual de Segurança Pública, que será um conjunto articulado de seus componentes (programas, projetos e ações) com definição de metas, processo de avaliação constante da execução das ações que irão compor.

Os princípios e objetivos que regerão esse Plano terão como destino final a segurança individual e coletiva e assegurar o exercício pleno da cidadania, ou seja, serão fundamentados na Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana.

A política de Segurança Pública que será estabelecida deverá, portanto, respeitar os seguintes pontos:

Princípios Gerais

- Direitos humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários;

- Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança;
- Às polícias - qualquer que sejam elas - compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as;
- Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções;
- O sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório de controle social;

Objetivos Estratégicos ○ Objetivos estratégicos são alvos ou situações concretas que vamos atingir para alcançar as metas finais do planejamento. Nossos objetivos estratégicos são:

- Reduzir a criminalidade e a insegurança pública, em especial os crimes contra a vida;
- Combater o crime organizado; ○ Promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; ○ Bloquear a dinâmica de recrutamento pelo tráfico e pela prostituição de crianças e adolescentes;
- Eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial às comunidades vulneráveis e expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;
- Valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos;
- Ampliar a eficiência da organização policial através de indicadores regionais; ○ Aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com crime organizado
- Contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal.

Objetivos Específicos

1. *Incluir a Segurança Pública do Estado do Amapá ao Centro de Cooperação Policial Franco-Brasileiro, tendo em vista a importância da participação das Polícias estaduais na cooperação contra o tráfico internacional de pessoas drogas e outros crimes transfronteiriços.*
2. *Implementar o modelo de Cooperação entre as polícias, fortalecendo a integração nas áreas operacionais e de inteligência;*
3. *Especializar as Polícias nas áreas criminais de maior sensibilidade, a exemplo da especialização contra o tráfico de drogas, crimes ambientais, Crime Organizado etc.*
4. *Manter uma frota de 02 (dois) helicópteros dedicada às atividades operacionais, preventivas e de defesa civil;*
5. *Instituir no Sistema Penitenciário Estadual o modelo de Colônias Agrícolas para atender os reeducandos de pena de pequena e média gravidade.*
6. *Fortalecer a Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA) como Instituição de constante atuação na especialização dos profissionais de Segurança Pública.*

- *Especialização para prevenção contra os crimes ambientais (Batalhão Ambiental)*
- *Instituir na Polícia Militar um Batalhão//Cia Especializado no policiamento preventivo fluvial (prevenção ao tráfico de drogas, tráfico de pessoas, prevenção de crimes ambientais, pirataria etc.).*
- *Garantir aos profissionais de Segurança Pública em áreas fora da região metropolitana estrutura mínima ao exercício de suas atividades e permanência de suas famílias.*
- Criar viatura de bairro, com celular, para atender especificamente aos moradores do bairro, com suporte da Rádio Patrulha Geral;
- Adequar os salários dos agentes de polícia e peritos à importância de suas funções;
- Implantar o AVL - Localização Automática de Veículos - com objetivo de melhorar a análise das ocorrências, o tempo de resposta e a economia de combustível das viaturas;

- Monitorar as principais áreas da cidade por circuito interno de TV (centro comercial, praça e cruzamentos dentre outras;
- Monitorar o complexo penitenciário por circuito interno de TV; ○ Implantar delegacias nos bairros ficando os CIOSP's coordenado as ações por regiões
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança cuja área de competência é restrita à segurança pública, independentemente das Associações de Bairros; ○ Combate incessante através de ações preventivas, a sensação de insegurança sentida atualmente pela população;
- Investimentos maciços na inteligência policial, necessária para dar combate mais eficaz à criminalidade;

- Desenvolver um planejamento integrado de ações e diretrizes com o Ministério Público, Judiciário, OAB, Polícia Federal e Guarda Municipal, cujo enfoque será o desenvolvimento da inteligência policial utilizando a tecnologia da informação e análise das informações produzidas por especialistas de modo que se possa tornar realidade o conceito básico da Defesa Social: polícia efetiva, população segura e justiça imediata.

5.3 Educação

Nenhum plano de governo poderá ser implantado se não contemplar a Educação, em todos os seus níveis, como ponto fundamental de aplicação e desenvolvimento.

No planejamento educacional vamos contemplar as seguintes diretrizes:

- Implantar a Escola Integral que objetivará a permanência do aluno na escola combatendo a evasão e a condição de risco da criança e do adolescente. Projeto "Escola Modelo": educação integral. Objetiva diminuir a evasão escolar nos bairros periféricos. Vamos adaptar, dentre as existentes, uma escola em cada bairro de periferia de nossas cidades.
- Valorização do profissional de educação: criar uma nova regência de classe para os professores em sala de aula. Formação continuada. Aposentadoria aos 25 anos de trabalho em sala de aula. Progressão dos professores retornado o período de 12 meses. Plano de Saúde. Entrega de ferramenta tecnológica (notebook) a todos os professores estaduais, federais a disposição do Estado e técnicos.
- Buscar solução da questão dos trabalhadores do Caixa Escolar; ○ Melhorar a estrutura física das unidades escolares (ampliar acesso internet, alimentação e material de apoio).
- Implementar o Plano Estadual de Educação; ○ Criação dos conselhos escolares e comunitários para interagirem diretamente com os dirigentes escolares para fortalecer e ampliar a gestão democrática;
- Criação de um projeto pedagógico de reforço escolar no contra-turno com o intuito de minimizar dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar as Bibliotecas Itinerantes, no intuito de contribuir e melhorar as práticas de leitura e escrita, principalmente junto às instituições localizadas na periferia da capital e no interior;
- Construir e ampliar o número de salas de aula no Estado para atendimento da demanda local de alunos na faixa etária de 06 a 17 anos que estão fora do sistema educacional;

-

  Promover encontros, seminários, simpósios e outras ações congêneres para discutir e aplicar propostas de melhoria da qualidade da educação amapaense;
- Garantir e monitorar a aplicação do recurso destinado a merenda escolar buscando melhorar a qualidade e regionalizar para os alunos regularmente matriculados nas instituições da Educação Básica;
- Promover articulações junto às instituições formadoras (EAP e UEAP) para realização de cursos de Pós-Graduação e Mestrado na área de Educação;
- Autorizar a contratação, nas instituições escolares, de diretores, orientadores, professores e coordenadores em formação acadêmica adequada à respectiva função;
- Promover a admissão de professores e demais profissionais da educação por meio de concurso público minimizando o contrato temporário;
- Promover articulações com as instituições formadoras (Universidade Federal, Estadual e a EAP), para formação continuada dos professores e de outros profissionais que atuam nas instituições públicas educacionais;
- Implementar a matriz curricular no Estado para adequá-la ao ENEM.

5.3.1 Educação Infantil

A Educação Infantil engloba a formação educacional da criança no grupo etário de 0 (zero) até 6 (seis) anos de idade e, pela legislação vigente é de responsabilidade dos municípios.

O governo Jorge Amanajás ampliará o processo de municipalização da Educação Infantil com as prefeituras, através de parceria institucional.

O desenvolvimento de uma política de Educação Infantil em parceria Governo e Prefeitura demanda que as Secretarias de Educação visem:

- Incluir a Educação Infantil no Plano Estadual de Educação em consonância com a política local definida para a área;
- Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e recursos para exercer o necessário apoio técnico e financeiro às instituições de ensino:
- Desenvolver metodologias para localizar e incorporar dados sobre instituições que funcionem á margem do sistema educacional visando a sua inclusão nas estatísticas nacionais, estaduais e municipais.
- Fazer um estudo que indique o custo criança atendida por estabelecimento de ensino;
- Acompanhar e avaliar de que forma a legislação e a política estadual vigentes estão sendo incorporadas pelo sistema e pelas instituições de educação infantil.
- Realizar um programa de acompanhamento das instituições de educação infantil, auxiliando-as a estabelecer os planos e as metas para a melhoria permanente da qualidade, do cuidado e da educação oferecida;
- Auxiliar os sistemas municipais de ensino no sentindo de melhorar cada vez mais a educação no grupo etário em foco, principalmente no que diz respeito à formação dos profissionais que irão atuar nessa área;
- Adotar medidas, em articulação com os municípios, para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas

-

  pedagógicas com a participação da comunidade escolar, orientando-as nesse processo;

  Estabelecer diretrizes, objetivos metas e estratégias para a área no que se refere à organização, ao financiamento e à gestão do sistema educacional como um todo, à garantia das vagas demandadas pela população, à formação dos profissionais, ao credenciamento das instituições de Educação Infantil única e exclusivamente para o cuidado e a educação das crianças na faixa etária 0-6 anos;
- Apoiar financeiramente e tecnicamente as instituições de Educação Infantil conveniadas, confessionais e comunitárias para que atinjam padrões compatíveis com as exigências legais e pelo atendimento à comunidade;
- Garantir a inclusão e o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em todas as áreas (DV, DA, DM, AH, autismo, hiperatividade, dentre outras);
- Adotar estratégias, orientações e materiais específicos para o trabalho com crianças que apresentem deficiências sensoriais (surdez, cegueira ou distúrbio acentuado de linguagem), físicas, motoras e múltiplas;
- Implantar e garantir a presença nas instituições de Educação Infantil, de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, para o atendimento ás crianças com necessidades educacionais especiais e demais demandas escolares;
- Adotar medidas para garantir uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Profissional;
- Construir e ampliar o número de creches e pré-escolares no Estado com o intuito de atender a demanda local de crianças nesta faixa etária que estão fora das escolas e Educação Infantil.

5.3.2 Educação Fundamental

A educação Fundamental ou Ensino Fundamental destina-se ao atendimento educacional de crianças do grupo etário 06 (seis) a 14 (quartoze) anos e também, de acordo com a Lei Federal nº 9.394, de 26.12.1996, sua execução é de responsabilidade das administrações municipais.

Não obstante essa imposição legal é evidente a existência de fragilidade que todos os Municípios sozinhos têm para desenvolvê-la com qualidade. Por isso, vamos atuar em conjunto com as administrações municipais para implantar as seguintes metas, algumas delas oriundas do Plano de Educação Infantil:

- Responsabilizar-se em parceira com o sistema municipal de ensino, pela qualidade da educação básica, principalmente no que diz respeito à formação de profissionais:
- Promover a articulação com o governo federal, secretarias municipais, órgãos, organismo e organizações, áreas, programas, poderes Legislativo e Judiciário e a sociedade em geral, para propiciar uma gestão integrada e colaborativa entre os diversos níveis de governo e entre os diversos setores que estejam vinculados às políticas sociais e à educação em geral, no que diz respeito às crianças de 06 a 14 anos de idade.
- Estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias inovadoras para o nível fundamental, principalmente no que diz respeito á evasão e repetência escolar;
- Acompanhar e avaliar de que forma a legislação e a política estadual vigentes estão sendo incorporadas pelo sistema e pelas instituições de ensino fundamental;
- Articular-se aos outros níveis (infantil, médio e superior) e as modalidades de ensino (jovens e adultos, educação especial e educação indígena) do sistema educacional;

- Estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o ensino fundamental no que refere à organização, ao financiamento e à gestão como um todo, à garantia das vagas demandadas pela população, à formação dos profissionais, ao credenciamento das instituições de ensino para a educação desta faixa etária;
- Garantir a inclusão e o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais nas classes de educação básica;
- Adotar estratégias, orientações, materiais específicos para o trabalho com idade cronológica para permanência no Ensino Fundamental que apresentem atraso no desenvolvimento decorrente de déficit de atenção e hiperatividade, problemas comportamentais, emocionais, psicomotores, cognitivos, dislexia e correlatos, dentre outras sintomatologias congêneres;
- Realizar controle social da implantação e avaliação dos recursos do FUNDEB; o Criar conselhos escolares e comunitários nas instituições de Educação Básica, para a melhoria da aplicação dos recursos financeiros e a promoção de uma gestão democrática;
- Implantar com recursos do MEC - Ministério da Cultura, Bibliotecas Móveis (veículos), no sentindo de contribuir e melhorar as práticas de leitura e escrita;
- Criação junto às instituições escolares de projeto pedagógico de reforço escolar no contra-turno, com o intuito de minimizar as dificuldades de aprendizado;
- Implementar nas escolas públicas de Ensino Fundamental o Projeto Escola comunitária através de práticas culturais, esportivas, sociais e pedagógicas e outras ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais onde a escola estiver inserida;
- Sistematizar, acompanhar e avaliar os programas federais voltado para o Ensino Fundamental (Programa Mais Educação, Mais Cultura, Segundo Tempo).

5.3.3 Ensino Médio

Da mesma forma que vamos atuar no Ensino Infantil e no Fundamental, vamos também atuar com muita ênfase no Ensino Médio, garantindo o acesso à educação formal para os estudantes inclusos na faixa etária de 14 a 17 anos.

Esta modalidade de ensino, de acordo com a já citada LDB - Lei de Diretrizes e Bases - designa os Estados Federativos como operadores principais e responsáveis diretos pelos seus resultados;

Para melhoramos a qualificação dos nossos jovens, vamos implementar as seguintes ações complementares:

- Matriz curricular que atenda às especificidades regionais em consonância com a matriz nacional;
- Garantir a qualidade do ensino principalmente no que diz respeito à formação e qualificação dos profissionais da área;
- Construir e ampliar o número de salas de aulas para atender integralmente a demanda dos estudantes de ensino médio do estado;
- Implementar também o Projeto Escola Comunidade para promoção de ações artísticas, culturais e pedagógicas nas comunidades locais;
- Criação de um projeto pedagógico que implemente um reforço e/ou revisão dos conteúdos para os estudantes que concorrerão ao vestibular e para os que estão em dificuldades ou deficiência no aprendizado;
- Promover o controle social dos recursos federais destinados às escola de Ensino Médio; ○ Garantia da contração de profissionais qualificados ao ensino médio somente através de concurso público;
- Implementar o Ensino Médio Integrado que atenda ao mercado de trabalho e construa uma cultura de empreendedorismo e negócios entre os jovens;
- Reformular e implementar o Curso de Magistério em nível médio integrado de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Base em vigor:
- Implementar a Lei nº 10.639/2003 que estabelece o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas; ○ Implementar o ensino de História do Amapá no ensino médio Implementar o ensino das culturas indígenas nas escolas Lei nº 11.645/08 ○

-

Reestruturar a Educação de Jovens e Adultos - EJA, para esta modalidade atenda aos que procuram concluir seus estudos do nível médio com curso profissionalizante;

- Reestruturar o Sistema de Ensino Modular - SOME; ○ Combater decididamente a evasão e a repetência escolar; ○ Implantar o programa "Aprendendo a Viver": introdução de disciplina como técnicas agrícolas, artes domiciliares, dentre outras;
- Implantar o programa "Prevenir é Melhor": reestruturação da disciplina Ética e Cidadania visando reduzir os índices de violência, indisciplina e delinquência nas escolas, e por extensão, na sociedade;
- Implantar o programa "Saúde vai à você": em parceira com a Secretaria Estadual de Saúde - SESA, programar visita semestral de médicos às escolas para inspeções preventivas de saúde;
- Implantar o programa "Escola Empreendedora": parceria do Governo Estadual com a iniciativa privada para a contratação de alunos-estagiários para as empresas;
- Garantir a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as áreas, com garantia de acompanhamento de profissionais qualificados; e
- Implementar grupo técnico de acompanhamento do rendimento escolar, dos estudantes atendidos pelo programa federal Bolsa-Família e outros programas de assistencialismo correlatos (parceria com a Secretaria da Família).
- Projeto Lan House (acesso a internet do jovem de baixa renda); ○ Projeto Intercâmbio Cultural (parceria com a SECULT); ○ Garantir Bolsa Universitária para alunos comprovadamente de baixa renda; ○ Programa de preparação gratuita para o Exame Nacional de Ensino Médio (PRÉ-ENEM).

5.3.4 Formação Tecnológica

Não podemos imaginar nem aceitar que somente a graduação e/ou a pósgraduação poderá fazer com que o cidadão se sinta feliz e realizado

profissionalmente. Por isso vamos dar ênfase especial no Ensino Médio para alternativas profissionalizantes de nível médio.

Com a perspectiva de desenvolvimento que estamos implantando no Estado hoje já se sente a falta de técnicos especializados em atividades industriais, semiindustriais e aperfeiçoamento dos recursos humanos ligados à área de serviços.

Será efetivado o ensino médio profissionalizante com cursos que atendam às especificidades do Estado, como curso de eletrotécnica, enfermagem, nutrição, saneamento básico e edificações. Vamos também garantir aos alunos participantes, cursos estágios através do Programa Jovem Amapá.

Para complementar essa formação e demanda vamos implementar em conjunto com o Governo Federal, Escolas Técnicas na Fazendinha em Técnica Agrícola e Centros Tecnológicos através de convênios com organismo afins.

5.3.5 Formação Superior

A UEAP - Universidade do Estado do Amapá será o grande centro convergente da formação científica do Estado do Amapá em cumprimento aos pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão.

Alguns princípios já podem ser enumerado para o cumprimento da sua missão: Promover concurso público para o quadro técnico e o corpo docente; ○ Implantar, no menor prazo possível, curso de Mestrado em Educação, para atender os quadros de pessoal do Estado e dos Municípios;

○ Além dos cursos já em execução, implantar os seguintes cursos voltados ao atendimento das especificidades do Estado tais como: Nutrição, Agronomia, Turismo, Fisioterapia e Medicina Veterinária. ○ Ampliar a sua Biblioteca e seus laboratórios; ○ A pesquisa e a extensão universitária serão incentivadas de modo que o conhecimento produzido chegue à população e em seu benefício;

○ A pesquisa em particular, deverá ser desenvolvida por iniciativas próprias e, também, através de convênios de cooperação técnica e/ou participação em linhas das linhas de pesquisas existentes no âmbito nacional e internacional;

○ Construção do *campus* universitário na rodovia JK; ○ Fazer com que a UEAP, IEPA e Reservas Florestais e demais instituições de ensino superior, tenham linhas de pesquisas específicas e integradas.

5.4 Ciência e Tecnologia

O Estado do Amapá dispõe de espaços geográficos, localização e biodiversidade propícias ao desenvolvimento das Ciências. O produto "Amazônia" é supervalorizado no meio científico e buscado com muita decisão pelos cientistas nacionais e internacionais;

Para que o Amapá possa explorar toda a sua potencialidade nessa área, vamos adotar os seguintes princípios:

Incentivar a elaboração de projetos que definam claramente sua aplicação, o que é ciência e o que é tecnologia;

A ciência deverá ser desenvolvida pelas instituições acadêmicas através do desenvolvimento da pesquisa aplicada;

Para o desenvolvimento tecnológico avançaremos nas relações públicoprivadas (PPP), seja através da implantação de núcleos de formação técnica seja através de incentivos fiscais;

Fazer cumprir a legislação estadual que destina 1% (um por cento) da receita do Estado para desenvolvimento da pesquisa científica;

A UEAP - Universidade Estadual do Amapá será a indutora do fomento à ciência aplicada que trabalhará em consonâncias com os projetos de pesquisa já em desenvolvimento.

Vamos criar o Fórum Permanente de Pesquisa Aplicada do Amapá com programação e calendário próprio, coordenado pela SETEC - Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, composto pelos seguintes órgãos: UEAP, IEPA, EMBRAPA, IBAMA, SEMA, RURAP, Faculdades Particulares, dentre outras;

Vamos criar também, dentro do programa de extensão da Formação Tecnológica, os Centros de Desenvolvimento Tecnológico, em parceria com o Governo Federal, com recursos dos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, e do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda.

Firmar convênios de cooperação técnica com organismo públicos e/ou privados, nacional e/ou internacional para desenvolvimento tecnológico;

No Brasil, diferentemente de outras nações de nível de desenvolvimento equivalente ao nosso, a tecnologia é importada a um alto custo e uma das causas principais para que a tecnologia isso ocorra é que as políticas públicas de desenvolvimento tecnológico privilegiam apenas as universidades. Para corrigirmos este desequilíbrio no nosso Estado, vamos implantar os já referidos Centros (nível superior) e Escola Técnicas (nível médio).

5.5. Rede de Proteção Social

Ao lado dos programas sociais que se destina a toda a sociedade, o Governo Federal deu destaque, a partir de meados da década anterior, aquelas ações voltada para os brasileiros situados na linha de pobreza, com o Nome de Proteção Social. Esse programa social foi dado continuidade e até expandido pelo governo subsequente, atingindo em 2008, 40 milhões de beneficiados diretamente em todo o Brasil.

Essa rede era composta pela transferência de recursos da União sob diversos títulos. A partir de 2004 esses títulos foram unificados em um só denominado BolsaFamília. Adicionalmente alguns Estados da Federal também criaram seus programas de assistencialismo direto, nos moldes do proporcionado pelo Governo Federal, fazendo com que fosse reduzida drasticamente a pobreza e a indigência no território nacional.

No nosso governo vamos manter e ampliar a Rede de Proteção à sociedade menos contemplada pelos benefícios que são concedidos, ao mesmo tempo em que dinamizaremos as demais Políticas Sociais Básicas (saúde, educação, desenvolvimento social, dentre outras). Para isso o governo substituirá a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS) pela Secretaria da Família.

5.5.1 – Secretaria da Família

1. Reunião dos Programas Assistenciais nesta Secretaria (Bolsa Família, Bolsa Universitária, Renda pra viver melhor, Programa Habitacional, Jovem Amapá, etc.), com o objetivo de otimizar e ampliar o acesso às famílias envolvidas;
2. Promoção de parceria com as instituições sociais (Igrejas, Associações, comunidade envolvida, etc.) na manutenção e monitoramento dos Programas Sociais desenvolvidos pela Secretaria.
3. Desenvolvimento e manutenção do Projeto Creche, que consiste na parceria com instituições sociais (Igrejas, Associações, comunidade envolvida, etc.) aproveitando a estrutura física e recursos humanos disponíveis destas instituições.
4. Desenvolvimento de uma rede interinstitucional entre Secretarias e Programas Educacionais (Ex. Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer etc.) para o acompanhamento de alunos, pais e responsáveis como garantia de resultados escolares positivos, atribuindo-se a esta rede mecanismos jurídicos suficientes para a diminuição da evasão escolar e déficits de resultados.

Política Habitacional

Programa Casa para o povo

No Amapá existe cerca de 20.000 famílias sem acesso a casa própria. O governo Jorge Amanajás promoverá a construção de casas populares e conjuntos habitacionais com recursos do Governo Federal (Programa Minha Casa Minha Vida) em parceria com instituições sociais na luta pela moradia no Estado do Amapá.

O governo implantará ações para garantir o acesso a moradia como:

- Implantação de novos loteamentos nas principais cidades do Estado (ECOBAIRROS) obedecendo os padrões de engenharia, ambiental e urbanístico.
- Levantamento sócio-econômico realizado pela Secretaria da Família e de acordo com perfil social da família a obra (casa) será a custo zero para beneficiado;
- As casas serão construídas em regime de mutirão com a participação do governo, CREA, CAU, prefeituras e população;

5.6 Esportes e Lazer

O governo irá priorizar políticas para o desenvolvimento do esporte e do lazer buscando a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens; Melhoria da qualidade de vida do cidadão através de práticas esportivas. ○ Incentivo a prática de esportes nas escolas públicas ○ Apoiar projetos sociais voltados ao esporte ○ Reativação das Escolinhas de Futebol e Projetos Sociais de outras modalidades esportivas nos centros didáticos e quadras dos colégios.

- Realizar convênios anuais com todas as Federações Esportivas do Estado do Amapá, através da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer – SEDEL.
- Repasse de recursos financeiros, para que possam realizar seus calendários esportivos e participarem de eventos (competições) nacional e internacional.

5.7 Cultura

O Brasil hoje passa por um momento de crescimento econômico e desenvolvimento social, a copa do mundo nos trouxe um novo ciclo de atuação para que o Brasil possa avançar e enfrentar seus desafios, no entanto, no Amapá a condição de ordenamento de despesas nos conduz para um caos de estagnação, nos forçando a conviver em uma realidade anti-social. O povo do Amapá clama por saúde, educação, segurança e principalmente por emprego, nos últimos três anos observamos os mandos e desmandos de um governo que não liderou o Amapá para o desenvolvimento social.

Nosso principal desafio nessa jornada rumo ao palácio do Setentrião, é aquecer a economia através da transversalidade dos setores, dividindo responsabilidades e incluindo valores e princípios, para que possamos realizar mudanças estruturais no seio do povo amapaense.

A busca pela excelência na gestão, tem sido o objetivo principal de praticamente todas as organizações ao redor do mundo, como forma de otimizar recursos, obter melhores resultados, atender bem os clientes, ou seja, estabelecer um círculo virtuoso onde todos se beneficiam. No poder público não pode ser diferente. A excelência na gestão deve ser uma obrigação dos governantes e gestores; deve ser item número um no rol de prioridades administrativas, visto que os recursos empenhados são frutos da contribuição de cada cidadão que trabalha e contribui por meio dos impostos.

Pretende-se com este documento empregar um modelo de gestão que seja capaz de promover ações adequadas ao contexto estadual, que visa principalmente atender às reais necessidades do povo, orientada para uma administração pública focada não apenas na eficiência, mas principalmente, nos resultados de suas ações, promover o acesso à saúde, à educação, ao esporte e lazer, à profissionalização, à cultura, e à convivência comunitária de todos, além de ser direito constitucional estabelecido, constitui-se uma necessidade premente em nosso estado, tanto para aqueles residentes na zona urbana quanto da zona rural.

Nosso projeto concretiza a esperança de uma nova geração capaz de protagonizar a transformação das suas próprias perspectivas de vida e da realidade social de sua comunidade.

Conceitos sobre o olhar dos movimentos sociais

A longa caminhada dos movimentos sociais, por uma qualidade de vida tendo como base a dignidade e respeito, se fez presente no bojo da história do Brasil, no entanto, essa mesma luta se configura no aspecto do reconhecimento da participação dos movimentos no processo de desenvolvimento econômico, político e social, tais fatores discorrem sobre a sensibilidade da compreensão

Os movimentos sociais apresentam-se como uma via de construção coletiva, pautada na reivindicação dos direitos sociais, buscando com isso a melhoria da qualidade de vida, é comum observamos que os movimentos e governos atravessam a história andando na contramão, de um lado as reivindicações e do outro a mão de ferro dos governantes, causando com isso um impacto na administração pública que se finaliza na sociedade.

Com o avanço das demandas sociais e a falta de políticas públicas no Amapá nos remete a entender o afastamento imediato do dialogo entre estes setores e o governo do estado, assim como o engessamento das políticas de ações afirmativas que apresentem ações imediatas de médio e curto prazo, para o fortalecimento tanto dos movimentos sociais, como para o governo.

O século XXI nos propícia um olhar mais coeso sobre a ótica participativa, a globalização nos apresenta de forma sistemática ao mundo tecnológico e com isso os meios de comunicação se reformulam a cada dia, canalizando com isso experimentos um novo mundo com outros desafios, assim como os movimentos se adaptam acompanhando tais avanços e crescendo simultaneamente, se adaptando e descobrindo novos valores a cada dia, é nesse sentido que buscamos construir através de nosso governo o espaço dos movimentos sociais, um Instituto que absorva as reivindicações do movimento e canalize em projetos sociais, onde estado e iniciativa privada possa efetiva parcerias, para capacitar e formar agentes multiplicadores e através dessa parceria transcorrer recursos para efetivação de convênios através de seleção pública projetos.

Nessa concepção é preciso reconhecer as áreas de conflitos e atribuir sentido em suas pautas, como observar e ouvir os segmentos, dividir responsabilidades e

construir metas para trabalhar em parceria. Neste caso o fortalecimento das conferências e suas idéias e a melhor forma de se estabelecer uma via de mão dupla, atribuindo simbologia ao conceito de participação e transversalidade, respeitando e entendendo as particularidades de cada setor, não cabendo ao estado o aparelhamento dos movimentos e sim a busca por uma gestão participativa, democrática e popular.

Visão panorâmica sobre as políticas públicas do Amapá

Nossa terra é abençoada por ser banhada pelo rio amazonas, possui uma história rica em simbologia e valores, através dos anos acompanhamos a transferência de poderes e títulos, com muita luta e fé chegamos ao posto de estado, nesse momento ocorreu uma grande transformação e mudanças em nossa sociedade, tais transformações atraíram novos desafios para o povo do Amapá, entre eles o acolhimento dos imigrantes, que saem de suas terras para o Amapá em busca melhoria de vida.

No entanto, as grandes transformações que levariam o estado ao desenvolvimento adequado, não foram feitas durantes os últimos anos, os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo conviveram em constantes conflitos, originando um campo de esquecimento e quebrando a confiança do povo na política amapaense.

Em um formado de atraso para o desenvolvimento do estado do Amapá, fazemos uma comparação dos dias atuais, o governo federal entendeu que para construir uma sociedade forte é preciso adentrar no campo da diversidade e consolidar suas perspectivas em programas e ações, a partir de 2003 as conferências setorizadas foram convocadas para elaborar suas políticas, nesse sentido nascem às políticas públicas, mecanismos que apresentam soluções imediatistas em um processo de desenvolvimento.

Para nossa realidade o atual governo não sustentou a tese do governo federal e deixa escapar recurso por falta de alinhamento dos setores em torno dessas ações, como no caso dos recursos dos fundos nacionais, educação, saúde, cultura, esporte e segurança, áreas que precisam ser reforçadas em curto prazo para que possamos sanar problemas emergências.

Nesse sentido propomos a construção imediata dos conselhos que ainda não existem e o reforço nos que já estão em campo atuando, criando suas legislações e planos que nos permitem acessa os recursos federais, através da tríplice aliança município, estado e união.

Visão de futuro

Entendemos que é preciso ter vontade política para implementar as ações estruturais que o Amapá precisa, mais também é preciso resgatar a alto estima do povo amapaense para um projeto de mobilização social que possa impulsionar as mudanças que queremos fazer. Para da um choque de gestão teremos a tarefa de fortalecer os setores através de projetos federais que precisam ser acessados. Na economia amapaense é preciso construir um programa que viabilize a retomada do desenvolvimento industrializado, aquecendo o setor industrial, observando que possuímos o Porto de Santana para receber mercadorias e a Ponte bi-nacional para o escorrimento da produção, atentando para o beneficiamento da matéria prima, sem devastar nossa fauna e flora, abrir as portas do Amapá para a indústria brasileira é viável.

Educação

Nosso governo terá como função principal, respeitar e valorizar as experiências de vida dos educadores, educandos e de suas famílias, tendo como propósito maior o fortalecimento dos mesmo, a postura humana, valores, criticidade e suas criatividades diante das situações adversas. Queremos assim então, formar seres humanos com dignidade e identidade futura.

Estamos vivendo em um mundo conturbado, onde a família é o eixo central da sociedade, não podendo assim perder seus valores e sim garantir a seus filhos escolas comprometidas com a educação com o processo de formação da pessoa humana. Processo esse, onde as pessoas estarão inseridas na sociedade, transformando-se e transformando sua realidade.

Vamos criar um ambiente escolar onde possamos levar em conta a formação humana, conhecimento esse que poderá ser compartilhado entre educadores, educandos e comunidade (família), tendo como objetivo maior a conscientização de seus direitos e deveres.

Neste ambiente, iremos integrar valores, produzir e reproduzir relações sociais ao mesmo tempo, em que iremos propor valores, onde o natural seja pensar no bem estar coletivo, e não de um só ou de si mesmo, uma vez que é na escola que acontece o processo de humanização que também chamamos de Educação.

Nosso plano de educação terá como desafio maior o de difundir as relações, dividindo tarefas e pensando sempre no bem estar dos educadores, educandos e comunidade (família), ou seja, no conjunto como um todo, esta escola devera funcionar de maneira organizada e coletiva para que possamos juntos trabalhar novas relações sociais , produzindo e reproduzindo valores, comportamentos, costumes.

Sendo assim nosso governo acredita que a escola juntamente com educando e comunidade (família), deverá compartilhar seus conhecimentos e criar habilidades de forma consciente.

Em suma nosso governo acredita que nossas escolas possam compartilhar conhecimentos, habilidades formando assim cidadãos compromissados com o futuro que começa AGORA!

No setor cultural nosso governo defende a reformulação imediata da lei de incentivo à cultura, queremos facilitar a vida do produtor cultural desburocratizando a atual lei, bem como reunir com a classe empresarial para que os mesmo possam incentivar a cultura local como forma de desconto no imposto arrecadado pelo estado, sensibilizar-los para que observem a lei como um instrumento de cooperação.

Outro ponto chave de nosso governo é a criação do fundo estadual de cultura com 1,5% do PIB estadual para o fundo estadual de cultura e que o mesmo possua um conselho gestor que otimize os recursos do fundo estadual de cultura de forma democrática através de editais de seleção pública de projetos culturais.
Estas duas medidas irão desafogar o trabalho da secretaria de estado de cultura, permitindo assim que a secretaria elabore e difunda as políticas públicas afirmativas para o desenvolvimento de nossa cultura, construiremos o plano estadual e sistema estadual de cultura para só então podermos aderir o sistema nacional e acessa os recursos do fundo nacional de cultura.

Além desses pontos chaves precisamos retomar a obra de finalização do sambódromo que este ano completa 16 anos de interrupção, o retorno e finalização desta obra beneficia não somente o seguimento do carnaval, mas atribui um forte valor econômico no período da quadra carnavalesca. Bem como a construção de um centro multicultural que possa absorver a quadra junina, os festivais de toada, os shows regionais e outras demandas dos seguimentos, um espaço que respeite as particularidades de cada seguimento e que possa se torna referência na região norte.

Afrodescendentes

O Amapá é o estado que possui a maioria da população negra, neste caso é preciso que nosso governo tenha um olhar especifico para gerir uma gestão democrática perante a população afro-amapaense, a secretaria de políticas para afro-descendentes precisa ter orçamento próprio para gerir as ações que o movimento defende.

Atualmente as comunidades Afro Descendentes do estado do Amapá, ainda não atentaram para comercialização do seu potencial cultural e turístico, onde as mesmas apresentam como cultura o marabaixo, o batuque, o zimba, o sairé e a mão de samba e não receberam o incentivo necessário para expandir sua cultura e atravessar as fronteira do estado do Amapá. Suas belezas naturais são únicas de uma comunidade para outra, com paisagens exuberante e com sua fauna e flora intacta, prontas para uma exploração turística consciente e nociva.
Percebemos que há um potencial a ser explorado dentro dessas comunidades, a diversidade cultural precisa ser aliada ao desenvolvimento alto-sustentável, na área hoteleira e ambiental, isso fará com que setores importantes de nossa sociedade possam oferecer um tratamento diferenciado que venha a garantir a essas comunidades, condições de desenvolvimento ao um povo que resiste a falta de incentivo e ainda assim cultivam sua cultura e não fogem a suas raízes.

Através da fomentação nas comunidades cursos, oficinas e garantir a construção do setor hoteleiro, onde a demanda da exploração do eco – turismo perpassar pela sustentabilidade ambiental da região. Promovendo assim uma cadeia de debates sobre a importância de se preservar o eco sistema das comunidades tradicionais e quilombolas, buscando a promoção da alta sustentação e geração de renda dessas comunidades.

Podendo ainda firmar a utilidade fundamental do eco – sistema como forma de geração de emprego e renda sustentável, utilizando a base da agricultura familiar e pesca sustentável garantindo um melhor manejo da floresta e do eco sistema em si. Iremos construir o conselho estadual do afro-brasileiro em parceria com a sociedade civil organizada, defendendo um sistema de participação paritária em defesa dos direitos da população negra.

Para as casas de religião de matriz africana, conduziremos as relações de participação humana através de da lei nº 10.639/03, que garante o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula, garantindo o respeito à diversidade religiosa e tradicionais, orçando recursos e disponibilizando-os através de editais de seleção publica de projetos.

Juventude

O termo juventude é definido a partir de referenciais biológicos, psicológicos, econômicos, sociais, culturais, entre outros. Em geral, considera-se juventude o período de transição que vai da adolescência a idade adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva.

Na idade adulta, ocorre à autonomia dos indivíduos, com a independência familiar e econômica, em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções.

Cabe considerar que a consolidação da categoria juventude como etapa específica do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a vida adulta, é fato relativamente recente na história da humanidade, um dos vários subprodutos da modernidade.

No Amapá a experiência da criação da Assessoria de juventude no governo de 1994 não representou a vontade da massa jovem, com o passar dos anos no governo de 2006 é criada a secretaria extraordinária de políticas para a juventude, no entanto a mesma não possui recursos orçamentários para gerir uma gestão de livre atividade, ocasionando a não realização de programas que beneficiem a juventude do estado do Amapá.

Diante da necessidade de adotar uma estrutura administrativa do governo estadual que sejam instrumentos que tratem das questões ligadas à população jovem, e observando o método ultrapassado de gestão que já vem ponderando as expectativas da juventude amapaense, propomos a criação do Instituto de Políticas e Apoio a Juventude – IPAJU, este instituto terá a finalidade de acessar recursos e trabalhar de forma transversal com as outras secretárias de estado, na consolidação

de um plano estadual de políticas para a juventude, e implementação do conselho estadual de juventude.

Além desse momento nosso governo deve estabelecer critérios de operacionalização de um sistema de redes com os municípios, algo que possa garantir o desenvolvimento do jovem em vários setores, tais ações pode nos oferecer retorno simbólico na diminuição da violência, o fortalecimento do setor cultural, e principalmente o crescimento de mão de obra qualificada.
Sabemos que o programa federal Praça da Juventude, vem habituando milhares de jovens ao estimulo esportivo e cultural, mas acreditamos que é preciso reabilitar os centros comunitários e organizar5 mutirões nas comunidades para aquecer os movimentos juvenis. o Por isso propomos a criação do espaço jovem em cada centro comunitário.

- Criação do projeto "casa das artes" em todos os municípios do estado destinados a crianças e adolescentes de ambos os sexos residentes nos respectivos municípios que sejam Estudantes da rede de ensino municipal ou estadual do Ensino Fundamental e Médio.

- Objetivo promover a difusão e capacitação de todos os agentes oriundo das diversas modalidades e camadas sociais oferece cursos livres no campo das artes populares a fim de favorecer a geração de trabalho emprego e renda, tratando as adversidades culturais como questão de meio ambiente.
- Proporcionar meios para que os alunos possam reconhecer e valorizar sua identidade cultural.
- Favorecer a pesquisa e divulgação dos aspectos culturais do estado e da região amazônica, através da editoria de livros populares.
- Desenvolvermos cidadãos a arte da imaginação e da criação através das diversas linguagens artísticas.
- Promover eventos para divulgar os resultados dos trabalhos produzidos nas oficinas.
- Dessa forma garantindo a criação da casa das artes e fomentando locais que promovam manifestações artísticas fazendo com que o estado do Amapá garanta sua identidade cultural e artística.

5. INFRAESTRUTURA

Vamos ampliar a base para expansão do desenvolvimento do Amapá

6. INFRAESTRUTURA

6.1. Abastecimento de Água
6.2. Saneamento Básico
6.3. Energia Elétrica
6.4. Rodovias
6.5. Turismo
6.6. Política Agrícola
6.6.1. Assentamentos Agrícolas
6.6.2. Cerrados
6.6.3. Produção Agrícola
6.7. Política Mineral
6.8. Política Ambiental
6.8.1. Recursos Florestais
6.8.2. Meio-Ambiente

6. INFRAESTRUTURA

Há necessidade de se continuar implantando no Estado projetos estruturantes de modo que se melhore, cada vez mais, o nível de qualidade de seus habitantes e seu desenvolvimento pleno.

Todos os projetos que implantaremos terão esse objetivo primordial.

Já há aprovação pelo BNDES de recursos na ordem de R$1 bilhão para continuarmos a implantação do **Programa de Desenvolvimento Humano Integrado** (PDHI). O referido programa tem os seguintes componentes:

○ Saneamento ambiental urbano de Macapá, Santana e Oiapoque; ○ Infraestrutura urbana dos demais municípios; ○ Infraestrutura rodoviária: conclusão imediata da BR-156 norte; ○ Asfaltamento da BR-156 sul, BR-210 e das rodovias estaduais; ○ Ampliação da rede de gestão e atendimento integral à população; e ○ Fortalecimento da cadeia produtiva do pescado e da carne bovina.

6.1. Abastecimento de Água

Os dados disponíveis (Balanço CAESA-2002) indicam que somente 48% da população do Estado é abastecida com água tratada, ou seja, mais da metade da população amapaense é abastecida com água oriunda de poços, rios e seus afluentes, normalmente contaminada pela descarga de dejetos em seus cursos;

Na capital do Estado há uma Estação de Tratamento de Água que faz a captação de água in natura do Rio Amazonas, em zona contaminada, orla de Macapá. Desde a década de 90 não são feitos investimentos de grande porte para expansão de sua produção e melhoria da sua qualidade.

Mesmo diante desse cenário, a CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá vem se acumulando nos últimos 15 anos um endividamento crescente.

Há disponibilidade de recursos nas diversas instituições de financiamentos destinados ao desenvolvimento social. O que precisamos apresentar são projetos técnicos bem elaborados e articulação política competente para obter suas aprovações.

Nosso governo irá desenvolver projetos para acessar os recursos necessários para viabilizar a melhoria da condição de vida da população.

6.2. Saneamento Básico

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 5,45 dos domicílios existentes no Estado do Amapá são interligados a uma rede coletora de esgoto, uma posição extremamente degradante quando, segundo a mesma fonte, o índice médico brasileiro é de 64%.

Este é um tema que vem sendo tratado com pouca relevância pelos gestores governamentais. É preciso atender que saneamento básico, além de ser um dos direitos fundamentais da coletividade, é, também, fator decisivo para o nível de qualidade da saúde pública e bem estar social.

Além desse gravíssimo descaso, o destino final dos detritos humanos ou não, são os rios e os igarapés que, por sua vez, deságuam no Rio Amazonas reiniciando, assim, mais um ciclo de consumo de água contaminada, além da poluição de toda a bacia hidrográfica.

O Estado do Amapá está tendo, nos últimos anos, um crescimento, demográfico médico anual (crescimento da população) de 2,5%. Na sua capital, Macapá, está sendo iniciado um crescimento verticalizado das habitações, porém a última ampliação de grande porte verificada em sua rede de esgoto é do início da década de 90, com menor dimensão que a própria de abastecimento de água. No Amapá o nivelamento é por baixo atingindo todas as classes sociais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplica – IPEA – entidade federal, realizou recentemente uma pesquisa no Brasil, segundo a qual as classes sociais mais altas – com mais de 10 salários mínimos – apresentavam uma cobertura de 25% maior na água tratada e 40% maior na coleta de esgoto.

Pode-se observar, portanto que, embora o saneamento básico seja um problema existente em todas as cidades brasileiras, o Estado do Amapá está situado entre as unidades da Federação que menos é assistida nessa área.

Através de linhas de financiamento – nacional e internacional – vamos expandir a rede de esgoto das sedes municipais e construir em cada uma dela uma Estação de Tratamento de Esgotos.

6.3. Energia Elétrica

A energia elétrica consumida no Estado do Amapá é gerada pela ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte, ligada ao Governo Federal e distribuída pela CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá.

Para pensarmos na necessidade futura e implantação de um plano de governo com a dimensão que estamos propondo, temos que unir todas as forças técnicas e políticas para aumentar a disponibilidade de energia elétrica no Estado. Com a chegada do Linhão do Tucuruí e a construção das hidrelétricas de Ferreira Gomes, Santo Antônio e Caldeirão temos garantida a geração da energia demandada pelo Estado.

A distribuição dessa energia será garantida a todos os municípios através das subestações e redes de distribuição de responsabilidade da CEA.

6.4. Rodovias

Para fixação do homem no campo, aumento de sua renda e redução da taxa de urbanização dos principais Municípios do Estado, vamos implementar um elenco de ações integradas. Nesse planejamento as rodovias e estradas vicinais serão objeto de prioridade para proporcionarmos as condições necessárias ao escoamento da produção e a interiorização do desenvolvimento.

O transporte rodoviário atual apóia-se em dois eixos Rodoviários Federais: a BR-156 que liga os Municípios do Laranjal do Jarí ao Oiapoque, cortando o Estado de norte a sul e a BR-210 que tem seu início na capital Macapá, coincidindo com a BR-156 até o Município de Porto Grande, seguinte até o Município de Serra do Navio. Esse trecho, Porto Grande – Serra do Navio, é mais conhecido pelo nome de Perimetral Norte.

Esses dois eixos rodoviários são de demanda federal, estando inclusos na malha rodoviária federal brasileira. O trecho norte BR-156 que vai de Macapá (km 21) até Oiapoque encontra-se com os projetos de asfaltamento já aprovados, licenciados ambientalmente e em fase de pavimentação. Entretanto o trecho que vai do km-21 até o Laranjal do Jarí, encontra-se em fase de aprovação de projeto pelos organismos federais, possuindo apenas o seu Projeto Básico o que possibilita recursos federais apenas para sua manutenção. Já a Rodovia BR-210 que vai de Porto Grande à Serra do Navio, não possui nem o projeto básico, ou seja, é

impossibilitada de receber recursos federais para sua conservação e/ou manutenção.

Diante desse cenário nosso governo desenvolverá as seguintes ações:

- Elaboração de um Plano Rodoviário Estadual, através do qual proporcionaremos a manutenção e a expansão das Rodovias Estaduais e Estrada vicinais. Isso irá permitir, também, que cada Município soubesse qual será sua malha territorial, e principalmente ao Estado, possibilitando a elaboração de projetos de asfaltamento via convênios, tanto para Municípios quanto para o Estado;
- Concluir o asfaltamento da Rodovia BR-156 Norte e Iniciar o asfaltamento da BR-156 Sul até o Laranjal do Jarí e Perimetral Norte (BR-210); o Incentivar a expansão de empresas privadas que se destinam ao transporte de cargas e passageiros ao e para o interior do Estado;
- Construir uma estrada estadual interligando Santa Luzia do Pacuí à foz do Rio Gurijuba (aproximadamente 70km) com o objetivo principal de proporcionar acesso mais rápido e seguro ao arquipélago do Bailique; e
- Construir uma estrada estadual para interligação da sede do Município de Laranjal do Jarí ao Município de Vitória do Jarí (32km) e deste com a localidade de Jarilândia (65km), destinada ao melhor escoamento da produção local, ao eco-turismo e à circulação de riquezas;
- Concluir o asfaltamento da AP-70 e rodovia Mazagão Velho.

6.5. Turismo

Em função de sua posição geográfica, peculiaridades históricas, culturais e sociais, o Amapá se torna um Estado com vocação e viabilidade para implantação e desenvolvimento de atividades turísticas com contribuição importante para o desenvolvimento econômico e social das regiões que lhes fazem parte, almejando alcançar sua sustentabilidade através de três fatores básicos: equidade social, prudência ecológica e aumento da renda das famílias através da dinamização da economia local.

Há necessidade, porém, de fortes investimentos que iremos fazer junto com a iniciativa privada, para dotarmos os pólos de desenvolvimento de infraestrutura para a instalação dos trades turísticos: estradas, saneamento básico, atendimento médico, segurança pública, hotéis, agências de viagens, divulgação, etc.

O Amapá já dispõe atualmente de 400 turismólogos (profissionais do turismo com nível superior) formados pelas faculdades locais, o que representa um importante e precioso contingente de profissionais que irão fazer parte do conjunto de ações que serão desenvolvidas.

Vamos implantar em conjunto com a iniciativa privada os seguintes projetos nessa área:

Caravana do Turismo

Tem como objetivo geral apresentar o turismo como precursor de desenvolvimento econômico na região, através das seguintes ações:

- Promover a sensibilidade dos gestores locais e da comunidade ao turismo;
- Dotá-lo de informações relevantes para o desencadeamento de atividades turísticas;
- Estimular o empreendedorismo no turismo local; o Incentivar a organização social a favor do turismo; e o Expor o turismo como uma rara oportunidade para o desenvolvimento sócio-econômico local.

Corredor Hídrico de Turismo

Proposição a uma parceria público-privada pra desenvolvimento de um plano de exploração visual e participativa dos recursos hídricos do Estado, promovendo as seguintes ações:

- Promover e valorizar as bacias hidrográficas existentes, tais como do Rio Araguari, Rio Jarí, Rio Oiapoque dentre outros; o Incentivar o turismo como prática sustentável às comunidades localizadas às margens dos citados rios; e
- Estimular na população dos municípios e localidades participantes a proteção e conservação da bacia hidrografia do seu rio principal.

Museu a Céu Aberto

Incentivar a valorização histórico-cultural dos Municípios de Serra do Navio, Amapá e Calçoene, bem como oferecer opções para desencadeamento de atividades sócio-econômicas, através das seguintes ações:

- Promover os museus como roteiro turístico do Estado; o Divulgar o turismo local como setor comprometido com o desenvolvimento e conhecimento de outras culturas;
- Incentivar a criação de novas áreas de trabalho nas localidades que fizerem parte desse circuito que o fluxo de visitantes irá demandar; e
- Promover os Municípios no Estado, no Brasil e no exterior.

Condutor Mirim do Turismo

Tem como objetivo contribuir com a formação de cidadãos com discernimento político e social a fim de se colocarem de maneira mais crítica e responsável perante uma profissão e à sociedade através do turismo. Será implantado através das seguintes ações:

- Melhorar a qualidade de vida dos adolescentes envolvidos no projeto; o Expor o turismo como atividade solidária na inclusão social de pessoas carentes; e
- Estimular nos participantes o desejo do aprendizado para o seu próprio desenvolvimento profissional e social

Participação do Governo no Modelo Turístico

Além das obras de infraestrutura nos Municípios, o Governo do Estado desenvolverá as seguintes atividades complementares:

- Consolidar as relações institucionais com o Ministério do Turismo, principalmente como o PRODETUR;

- Implantar o Programa de Regionalização do Turismo com recursos existentes no Governo Federal;
- Adaptar o atual Plano Estadual do Turismo integrando-o com os demais programas similares existentes na Amazônia e Platô das Guianas;
- Inventário Turístico do Amapá; o Calendário Turístico do Amapá englobando os eventos significativos de todos os Municípios do Estado;
- Sinalização turística das cidades participantes; o Obra de infraestrutura turística; o Capacitação de recursos humanos; o Conscientização da população local para o aumento de renda pessoal que o turismo ita proporcionar;
- Promoção e divulgação turística do Estado do Amapá através de participação em feiras, campanhas promocionais no mercado regional, nacional e internacional;
- Promover a municipalização do turismo através de convênios do Estado com as Prefeituras, de modo que sejam executadas adaptações de infraestrutura, preparação de recursos humanos e conscientização da comunidade local;
- Criar incentivos tributários ou não, para atração da iniciativa privada no setor turístico; o Fortalecer a Secretaria de Turismo.

6.6. Política Agrícola

A agricultura amapaense é nitidamente de subsistência familiar e sua produtividade é uma das menores da Amazônia, em decorrência da falta de tecnologia a ser empregada nessa atividade.

Importamos mais de 90% dos produtos agrícolas que consumimos, muito embora tenhamos disponível no Brasil tecnologias para aproveitamento de áreas degradas e cerrados.

Não obstante termos índices tão negativos, o Estado do Amapá dispõe de quase uma dezena de órgãos municipais, estadual e federal (secretarias, órgãos e empresas federais dentre outros) e continuamos com os mesmos índices de produtividade e números de produção idênticos há anos atrás, com raras exceções. Não há interlocuções entre esses órgãos, intercâmbio de idéias e projetos, estudos e técnicos. Há uma verdadeira superposição de atribuições e tarefas e, se realizarmos um estudo mais profundo, chegaremos à conclusão que gastamos (União, Estado e Municípios) mais em administração da agricultura do que se obtém em produção.

Vamos fazer uma profunda reestruturação na área, implantando uma política integrada para desenvolvimento e aumento da produção, a partir de um Zoneamento Agrícola e dos seguintes componentes:

- Ocupação territorial titulada; ○ Projetos compatíveis com o potencial da área; ○ Subsidiar os custos de produção; ○ Financiamento de projetos pelas agências de financiamento estadual e federal;
- Assistência técnica nas diversas fases da produção agrícola; preparação do solo, espécie adequada das sementes, plantio, manutenção, colheita, armazenamento e escoamento da produção.

6.6.1. Assentamentos Agrícolas

Vamos priorizar nos mais de 30 (trinta) assentamentos agrícolas existentes no Estado, ações integradas às políticas públicas de meio-ambiente e desenvolvimento rural, tais como:

- Criação de Posto de Saúde e Unidade Escolar em cada assentamento; ○ Atualizar o cadastro fundiário do Estado visando o conhecimento da situação atual e nova definição dos espaços territoriais, de acordo com o resultado da conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Fazer aplicar nos assentamentos, em conjunto com os órgãos federais, as recomendações técnicas contidas nos PDA's – Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Governo Federal;
- Há necessidade imediata da implantação, seja pelo Governo Federal, seja pelo Estado, através de convênios de infraestrutura adequada ao funcionamento de cada um deles; educação, saúde, eletrificação, assistência técnica e transporte; e
- A partir da implantação desses serviços, o assentamento poderá ser transformado em unidade agro-industriais economicamente viáveis, interligados com os eixos centrais através de ramais rodoviários.

6.6.2. Cerrados

Trata-se de um eco-sistema de natureza campestre que ocupa 6,5% da área do Estado (aproximadamente 930.000 hectares).

O cerrado do Amapá vem sendo alvo de ocupação intensiva pela silvicultura (*plantações de pinus e eucaliptos*), estando atualmente com 20% da sua vegetação original substituída por essas espécies.

Nossa posição e muito clara sobre o aproveitamento agrícola dos campos de cerrado, sem se descuidar da sua preservação propriamente dita assim como dos leitos dos igarapés e de suas matas ciliares. Utilizando-se somente 1/3 de suas áreas, proporcionando assistência técnica de qualidade e correção subsidiada do seu solo, o cerrado poderá abastecer as necessidades de alimentação de origem vegetal de todo o Estado, proporcionando melhoria da renda do produtor, qualidade dos produtos e evitando a conseqüente evasão de divisas.

Vamos implantar também um sistema preventivo e corretivo de combate às queimadas que, no verão amapaense de cada ano dizima todo o seu bioma além de colocar em risco projetos e propriedades implantadas na área.

Temos absoluta certeza que a união de forças dos órgãos que atuam na região poderá reduzir, senão eliminar, essas queimadas. Para isso o Programa de Combate à Queimadas no Campo será implantado com as seguintes diretrizes:

- Criação de uma Brigada do Corpo de Bombeiros para ficar sediada em Porto Grande; o Convênio de Cooperação Técnica com a AMCEL – Amapá Celulose S.A., empresa privada local, para que suas torres de observação possam também se comunicar com a Brigada dos Bombeiros sediada para iniciar imediatamente a inspeção e/ou combate à sua origem; e
- Também através de convênios de cooperação técnica, incluir a Polícia Rodoviária Federal no sistema de observação preventiva incêndios.

6.6.3 Produção Agrícola

A maioria dos povos e nações nasceu através do trabalho na terra, dela extraindo seu sustento e sua riqueza. É a mais conhecida e difundida economia do mundo, tendo hoje o Brasil domínio completo sobre as técnicas de aproveitamento dos diversos tipos de solo e produtividade dos produtos.

Essa tecnologia, na sua maioria foi desenvolvida aqui mesmo no Brasil, pelos centros de excelência (EMBRAPA e Universidades dentre outros) e pela iniciativa privada.

Precisamos, então, fazer isso chegar aos campos do Amapá através dos seus órgãos de fomento e evitar que o Estado ainda importe 80% do que consome nessa área.

Não há razão para isso, senão vejamos:

As terras que eram de propriedade da União passaram ao domínio estadual podendo, agora, emitirmos títulos definitivos de propriedade que, por sua vez, habilitará o proprietário a ter acesso ao crédito rural;

Da área total de cerrados temos 1/3 ainda disponível para agricultura produzir alimentos que poderá abastecer todo o Estado, principalmente no que se referem aos grãos, frutas tropicais, legumes e hortaliças, dentro outros produtos;

Dispomos de 30 Assentamos Agrícolas sob gestão do Governo Federal, sem que tenham tido implantados os seus respectivos PDA's – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Agrícola.

Para correção desses desvios vamos promover a implantação de centros técnicos da EMBRAPA, IEPA e UEAP nos pólos de desenvolvimento a serem indicados pelo Zoneamento Agrícola para que promovam o fomento da tecnologia de produção intensiva, além de subsidiar o fornecimento de insumos básicos para correção do solo.

Garantiremos a regularização fundiária das propriedades rurais do Estado.

O Estado desenvolverá políticas de indução da produção agrícola nas áreas de cerrado, tendo como meta tornar produtivo 300 mil hectares em quatro anos.

6.7. Política Mineral

Durante muitas décadas o extrativismo mineral foi a grande força motriz da economia do então Território Federal do Amapá. Sem um planejamento a longo prazo e avaliado periodicamente pelos órgãos governamentais competentes, o extrativismo mineral torna-se um simples enclave periódico exaurível que deixa como herança a agressão ao meio ambiente, problema de saúde pública e expectativas não alcançadas.

Dessa forma, vamos profissionalizar o quadro de gestores que administram essa área no âmbito estadual e aplicar os seguintes princípios para o extrativismo mineral:

- Supremacia do interesse público sobre o particular em que as autorizações para pesquisa, lavra e exploração dos recursos minerais só deve ser concedida a empresas que apresentem o detalhamento de seu programa de exploração e que tenha, como ponto fundamental atender o interesse social do local onde for se instalar;
- Que as compensações financeiras preconizadas pela legislação de regência – CFEM tenham definidas suas aplicações ao invés de ser considerada simples receita governamental e sua aplicação fique ao sabor do livre arbítrio dos gestores de ocasião;

- Gerir o CFEM no sentido de fomentar o turismo – científico, ecológico, etc – como alternativa econômica para o Município e ao Estado;
- Compartilhamento das informações entre os órgãos governamentais (estadual e federal) ligados à exploração de recursos minerais/ ○ Através de ação parlamentar no Congresso Nacional, propor a alteração da distribuição dos royalties minerais de modo que seja aumentada a alíquota de aplicação no Município sede da exploração; e
- Exigir cláusulas especificas nos contratos de concessão de jazidas, que preconize a preservação ambiental, a custo do explorador, através da apresentação prévia de projetos de gestão da biodiversidade local.

6.8. Política Ambiental

A distribuição espacial das atividades humanas e suas construções, intercaladas a ambientes naturais e artificiais, lembra uma maquete em que elementos variados foram um único conjunto. Mas o conflito entre o desenvolvimento econômico, a ocupação humana e a preservação ambiental está distante de um convívio harmonioso.

Vivemos em um terrível e contraditório dilema: conversamos o meio-ambiente ou pereceremos com eles.

Dessa forma para conciliarmos esses opostos, vamos implantar instrumentos de planejamento e ordenação de atividades para nortear a gestão equilibrada de um governo voltado ao aumento da qualidade de vida e renda do seu povo com a implantação de uma série de ações desenvolvimentista simultaneamente com a preocupação da preservação e conservação ambiental e de sua biodiversidade.

6.8.1 Recursos Florestais

O Estado do Amapá tem 9,4 milhões de hectares de florestas públicas federais e estaduais, as quais poderão ser exploradas economicamente de maneira sustentável através das concessões florestais, ou seja, através de editais de licitações, o Amapá poderá produzir madeira e outros produtos não-madeireiros de forma certificada, sem dano irreversível ao meio-ambiente.

Vamos construir com os técnicos locais, regionais e nacionais, uma agenda de fortalecimento e regulação da gestão florestal, levando o Estado a estabelecer manejo florestal à partir de concessões gerando emprego, renda e fixação do homem no campo, além de evitarmos a falta de madeira para a construção e outros fins em plena região amazônica.

Essa visão está amparada na Lei Federal nº 11.824/2006, denominada Lei de Gestão de Florestas Públicas.

No desmatamento indiscriminado e ilegal, a floresta é totalmente retirada para que a terra tenha outra finalidade. Já com o manejo florestal preconizado pela legislação referenciada (concessão e gestão), só é retirada da floresta uma quantidade tal de produtos que não prejudique sua recuperação natural – em geral, cinco a seis árvores das mais de 500 presentes em um (01) hectare com vida média de 30 anos.

Dos 143.453 km2 de área territorial que tem o Estado do Amapá, 140.276 km2 tem sua cobertura, em que sua maior parte, formada por uma densa floresta de terra úmida, inexplorada legalmente fazendo com que, sem poder ser explorada, falte madeira para as diversas atividades desenvolvimentistas no Estado.

Devemos continuar sim preservando nossas áreas territoriais, entretanto, já há instrumentos legais que permitem fazer uma exploração responsável, planejada, ordenação de atividades, tecnologias e recursos que permita melhorar nossa pauta de exportação e, principalmente, a renda e a qualidade de vida do povo.

Vamos implantar a legislação, abrir os editais de concessão e passaremos a extrair produtos certificados pelo Estado do Amapá com a aplicação das seguintes ações:

Manejo de Produtos Madeireiros

- Manejo sustentável das florestas estadual e federal – FLONA's; e
- Implantar a infraestrutura básica para a manutenção da população nos Assentamentos Extrativistas (PAE's), Assentamentos Rurais e Reservas Florestais (RESEX'S).

Pesquisa

- Elaborar o Zoneamento Técnico-Econômico do setor florestal ao Amapá;
- Incentivar a participação do Estado no mercado internacional de crédito de carbono; e
- Através de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos, vamos promover o estudo ampliado da nossa biodiversidade.

Fomento Florestal

- Implantar os Sistemas Agro-Florestais – SAF.

- Proceder ao devido acompanhamento, através de inspeções e avaliações dos Programas de recuperação de Áreas Degradas (PRAD);
- Incentivar a agricultura familiar e a reposição florestal nas pequenas e médias propriedades.

6.8.2. Meio-Ambiente

A área total do Estado é de 14.345.370 hectares. Desse total 6.044.131 hectares, ou seja, 42% é definida como Reservas Florestais ou Parques de Preservação Ambiental, sem termos nenhum beneficio e/ou compensação financeira para melhorarmos, por exemplo, nossa infraestrutura de proteção a essa área.

A preservação do meio-ambiente do Estado do Amapá e de sua biodiversidade, atualmente em torno de 98%, sempre é referenciada em trabalhos acadêmicos e na grande imprensa nacional e internacional. Esse índice é resultado não só de nossa localização geográfica, isolada por via terrestre dos grandes centros consumidores, mas também pela vigilância constante das autoridades e do povo que aqui vivem e trabalham. Entretanto, em um futuro bem próximo, estaremos interligados não somente com o restante do Brasil (via Jarí) mas também com o norte da América do Sul (via Oiapoque).

Assim, precisamos de cada vez mais melhorar nossa gestão ambiental para que possamos continuar preservando-a, porém, obter desse mesmo meio-ambiente, recursos, de maneira sustentável, para o desenvolvimento de seu povo.

Para isso vamos implantar os seguintes programas na área:

- Concluir o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado; ○ Realizar e/ou complementar os estudos agro-ecológicos do Estado; ○ Implantar a Educação Ambiental nas matrizes de educação e locais de trabalho;
- Desenvolver o Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado, objetivando a promoção do uso e ocupação do litoral amapaense; e
- Acompanhar tecnicamente através dos órgãos especializados, o extrativismo florestal e mineral;
- Garantir o aparelhamento necessário ao IMAP para desenvolver suas atividades.

7. GESTÃO E GOVERNANÇA

Para liderar você deve servir

7. Gestão e Governança

O Setor Público (União, Estado e Município) representa algo em torno de 80% da vida econômica do Estado do Amapá e somente com uma governança executiva forte se poderá encorajar o uso eficiente e eficaz dos recursos que constam de um orçamento anual de R$ 5 bilhões de reais.

Vamos exigir de cada órgão o cumprimento de metas, inclusive orçamentárias, de prestação de contas pela administração dos recursos através de indicadores de produção e desempenho e, portanto, otimizar ao máximo os recursos que advirão.

Atualmente muitas administrações públicas estão passando por uma reavaliação completa do seu papel de governo na sociedade. Surge disso uma redefinição da relação político-administrativa projetada para assegurar maior responsabilidade de autoridades no exercício do seu poder legal.

Nessa reavaliação observa-se que o ambiente organizacional está sempre em constante evolução. Para sobreviver nesse cenário seus integrantes precisam se adaptar, se especializar, entender o verdadeiro papel que o servidor público desempenha na sociedade. Não há mais ambiente eternamente estável, surgindo

então inúmeras dificuldades que é a Idade do Conhecimento e da Informação Processada.

Vamos implantar a governança corporativa com a participação de todos os segmentos representativos da sociedade, controle rígido sobre a aplicação dos recursos, determinação de metas setoriais a serem atingidas e que serão acompanhadas pelo Sistema de Gestão por Objetivos – SGO.

O equilíbrio fiscal será o grande fator de avaliação na implantação de projetos e atividades afins. O governo irá propor medidas que garantam a permanência de capital no estado. Uma medida será a desoneração do ICMS substituto para as microempresas na alimentação e na construção civil.

O Serviço Público deve ser de qualidade e não hesitaremos em fazermos com que a Escola de Administração Pública e a UEAP sejam os grandes fomentadores do aperfeiçoamento e da especialização técnica e humana dos seus integrantes.

Vamos incentivar a implantação dos Observatórios Sociais para acompanhamento da aplicação dos investimentos físicos e sociais, em consonância com Auditoria Interna e Tribunal de Contas, como abrangência não só nos investimentos do executivo estadual, mas também, dos executivos municipais. Referidos Observatórios, já instalados em diversos países e diversos estados brasileiros, irão medir com freqüência constante nossos indicadores de desempenho e desenvolvimento sócio-econômico (IDH, PIB per capita, Índices de saúde, educação, segurança, etc), por cada município.

É assim que vamos transformar o Amapá em um Estado próspero e feliz de se viver, porque o futuro começa agora.

8. BIOGRAFIA

Nasceu em 21 de outubro de 1966, em Macapá, próximo a Praça Nossa Senhora da Conceição, filho de Milton dias Cardoso e Maria Neuza Amanajás Cardoso. Casou com Michele Silva Negrão, pedagoga, pai de Jorge Henrique Negrão Cardoso, nascido em 08 de julho de 1996; Emanuel Negrão Cardoso, nascido em 04 de novembro de 1997, André Vitor Negrão Cardoso, nascido em 16 de setembro de 2000 e Juliana Negrão Cardoso, nascida em 28 de dezembro de 2004.

Estudou até a então 4ª série na Escola Teixeira Gueiros e o ensino fundamental na Escola Dr. Alexandre Vaz Tavares. Cursou o ensino médio no Colégio Amapaense: construção civil. Naquela época, as matérias básicas eram ministradas no Colégio Amapaense e as especificas no Centro Interescolar de Macapá (Graziela Reis de Souza). Em 1985, ingressou na Universidade Federal do Pará (UFPA) no curso de Engenharia Civil e em 1986 no curso de Licenciatura Plena em Física, concluindo os dois cursos no dia 18 de novembro de 1989.
Concluiu ainda em 1989 o curso de inglês pela escola Yazigi Internexus.

Em 1990, fez pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior no Núcleo de Educação em Macapá (NEM), ligado à UFPA. Em 1995 concluiu curso avançado de inglês na cidade de Fresno, Califórnia (EUA).

No campo profissional realizou como engenheiro civil, várias obras na capital e no interior do Estado. Foi professor no Colégio Objetivo em 1989, também atuou no pré-vestibular daquela Instituição. Em 1990, trabalhou no nível médio do Objetivo e assumiu diversas disciplinas do Curso de Física do NEM-UFPA e em seguida

ministrou aulas de Física Teórica I e II no Curso de Matemática da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. No mesmo ano começou a trabalhar no Pré-Vestibular Positivo até 1996. Como mais um importante passo na área da educação, fundou no dia 03 de agosto de 1998, o Pré-Vestibular Desafio.

Em 1998 foi eleito deputado estadual pelo PSD em 10º lugar, com 3.238 votos, reeleito em 2002 em 2º lugar com 6.992 votos e assumiu o terceiro mandato em 2006 com 9.067 votos. Durante o primeiro mandato exerceu cargos importantes no Poder Legislativo como Relator da CPI da ICOMI, em 1999. No decorrer do segundo mandato, assumiu a 1ª Secretaria da AL, com papel importante no processo de resgate da credibilidade do Legislativo Junto à Sociedade. Em 1º de fevereiro de 2005, assumiu a presidência da Assembléia Legislativa, efetivando um trabalho democrático entre os parlamentares, o que o fez se reeleger como Presidente da Assembléia por três mandatos. Em 29 de maio de 2005 foi Presidente do Parlamento Amazônico, onde conseguiu unir os estados da Amazônia Legal para defender a melhoria das limitações da região.

Sua administração como Presidente da Assembléia Legislativa fez com que a população se aproximasse da Casa de Leis e participasse diretamente no processo de construção da cidadania no Estado do Amapá. Tem sua gestão como Presidente evidenciada, valorizando os servidores e estabelecendo uma democracia plena entre os parlamentares, independente de seu matiz político.

Títulos e Homenagens recebidas:

- Medalha de Mérito Militar “Tenente Pessoa” pelos relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Amapá;

- Homenageado pela Associação dos Delegados de Polícia do Amapá – ADEPOL-AP;

- Titulo de Embaixador da Paz no Amapá, concedido em dezembro de 2008 pela Conferência Internacional de Lideres; e

- Medalha do Mérito de Contas, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

9. FONTES REFERENCIAIS

9. Fontes Referenciais

Equipe Multidisciplinar

Reunião realizada no dia 30.06.2014 do Deputado Jorge Amanajás com toda a equipe de colaboradores com objetivo de coletar as primeiras informações, sugestões e montagem do programa de trabalho.

Sistematização

Guaraci Assis Pastana

Monnique Abreu Guardini

“Quando o justo governa o povo se alegra”

Provérbios 29:2